



MUNICÍPIO DE FREIXO DE ESPADA À CINTA

CÂMARA MUNICIPAL

ATA N.º 02/2026



**REUNIÃO ORDINÁRIA DA
CÂMARA MUNICIPAL DE
FREIXO DE ESPADA À CINTA
REALIZADA NO DIA VINTE E
TRÊS DE JANEIRO DO ANO
DE DOIS MIL E VINTE E
CINCO.**

----- No dia vinte e três de janeiro do ano de dois mil e vinte e seis, nesta Vila de Freixo de Espada à Cinta, no Edifício dos Paços do Concelho e Sala de Reuniões, sob a Presidência do Excelentíssimo Senhor Dr. Nuno Manuel Rocha Gomes Ferreira reuniu ordinariamente a Câmara Municipal com a presença dos seguintes senhores Vereadores: Dr. Rui Pedro Madeira Vicente, Dra. Marisa João Palma Ferreira Madeira, Daniela Lucinda Ferreira Bento Pereira. -----

----- Registou-se a falta do Senhor Vereador, António José Gaspar Morgado por motivos pessoais. -----

----- Secretariou: Victor Manuel Glórias Rentes, Assistente Técnico do Município. -----

----- E sendo nove horas, o Excelentíssimo Senhor Presidente declarou aberta a reunião, passando-se de imediato à discussão dos seguintes assuntos: -----

ANTES DA ORDEM DO DIA

**----- INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA
DR. NUNO FERREIRA. -----**

----- Bom dia a todos. Vamos dar início à primeira reunião do ano de 2026, gravada e transmitida depois em diferido nas plataformas digitais do Município, prática essa levada a cabo desde que nós estamos no Executivo, já no mandato de 2021 a 2025 e também neste presente mandato. Pretendemos fazer isso por uma questão de transparência, equidade e, acima de tudo, para que todos os nossos munícipes e quem nos vê possa



saber qual é o quotidiano e o dia-a-dia da nossa vida autárquica, enquanto população e a trabalhar em prol daquilo que é o mais importante, que será sempre os munícipes do Concelho de Freixo de Espada à Cinta. -----

----- Mas antes de passar a palavra, quer ao Executivo Autárquico e quer à Sra. Vereadora da Oposição. Começo por saudar os funcionários da Autarquia, os Chefes de Divisão, Coordenador da contabilidade, Srs. funcionários de apoio ao Executivo Autárquico e também à Assembleia Municipal, Sra. Vereadora da Oposição, público presente e é com enorme gosto que vos dou estes bons dias novamente. -----

----- Agora sim, antes de passar a palavra do Executivo Autárquico, questiono a Sra. Vereadora da Oposição se tem alguma questão a colocar antes da ordem do dia? Muito bem, tenha a palavra. -----

----- INTERVENÇÃO DA SENHORA VEREADORA DANIELA PEREIRA. -----

----- Bom dia a todos os presentes. A Vereação do PSD regista com agrado a recuperação da saúde do Sr. Presidente da Câmara e deseja-lhe um bom regresso ao trabalho autárquico. Sr. Presidente na sua ausência, as reuniões decorreram com respeito e cordialidade, não se tendo verificado qualquer alteração do tom de voz por parte dos participantes. O diálogo manteve-se sempre cordial, em tom moderado, não sendo audível para quem se encontrava no exterior do Salão Nobre. Mais o informo, que o ar condicionado foi mantido ligado, garantindo conforto térmico e evitando qualquer situação de desconforto, por respeito a todos os presentes. Deixo-lhe esta reflexão para sua consideração. -----

----- Depois desta reflexão passamos à parte política que nos traz aqui hoje. Trago novamente a esta reunião as questões que já levantámos nas reuniões anteriores. Até ao momento, as respostas apresentadas foram vagas e, em alguns casos, não obtivemos qualquer esclarecimento. Considero importante reforçar alguns pontos, na esperança que o futuro traga respostas e esclarecimentos mais concretos. Questionámos sobre a conta final dos “Sabores & Tradições”; resposta vaga e sem valores em concreto. Nas primeiras reuniões de Câmara, batalhou-se pelo Regimento da Câmara Municipal, na reunião de 12 de dezembro apareceu, por surpresa nossa, a alteração ao Regimento da Câmara; neste ponto, conseguimos alguma coisa. Questionámos se em Mogadouro não havia sócios da ADS/OPP para o pagamento das cotas, uma vez que há reunião de Câmara só veio a listagem dos sócios de Torre de Moncorvo; ainda



aguardamos pela resposta. Sabendo que o Eng. Pedro, do Gabinete de Apoio à Agricultura já não trabalha para o Município, a quem vai questionar? Para nos dar a resposta. Questionámos sobre a mudança dos funcionários, se ia haver mais e porque a fez? Respondeu com o passado. Demos conta que esta semana continuaram as mudanças. Ano novo mais mudanças e entrada de novos funcionários. Mudar por mudar não é progresso; progresso exige direção, transparência e respeito. Pedimos explicação sobre a situação dos Chefes de Divisão, apresentámos a legislação sobre o Estatuto do Pessoal Dirigente; aguardamos a abertura do concurso, tal como nos respondeu. Porque sim, continuam numa situação de ilegalidade. Aguardamos a receção de um email sobre a atribuição das cinco motorroçadoras, da tal negociação com o ICNF. Questionámos sobre avaliação do SIADAP dos anos anteriores dos funcionários do Município; a resposta foi a seguinte, “as avaliações estão praticamente concluídas os dois processos. Um deles herdámos e estamos a conclui-lo, o outro já é da nossa responsabilidade, mas até ao final do presente ano, ou seja, do ano civil de 2025 as avaliações ficam concluídas”. Já estamos em 2026, quanto tempo mais os funcionários desta casa vão ter de esperar por dois períodos de avaliação? Situação que está a originar atrasos no pagamento dos valores retroativos que lhes são devidos. Sobre um pedido formal de consulta de processo que fez o Vereador António Morgado relativo a uma ação judicial, onde foi respondido fora do prazo e ainda mais, alegam a falta de documentos; quando foi dito na reunião, “Quem não deve não teme”. Então onde está o processo? Questionámos sobre o valor total gasto na Viagem a Paris, aquando do jantar dos emigrantes; e nada, só o valor que eu mencionei que estava no base.gov, o Sr. Vice respondeu que estava relacionado com alojamento e logística. Surge então outro procedimento no dia 15 de janeiro deste ano sobre “Aquisição da prestação de serviços de viagens aéreas e alojamento”, no valor de 6.900,00€, uma prestação de serviços que vigorou durante 3 dias. Pela informação que o base.gov nos vai dando, houve dois procedimentos relativos ao jantar dos emigrantes em Paris: um – “aquisição da prestação de serviços de restauração no âmbito das atividades dos emigrantes no Concelho de Freixo de Espada à Cinta” no valor de 19.500,00€ e “aquisição de prestação de serviços de viagens aéreas e alojamento” no valor de 6.900,00€; dá o total de 26.400,00€. Ainda vão sair mais procedimentos no base.gov sobre este assunto? Este último procedimento já estava a decorrer, aquando da reunião de Câmara que eu questionei os valores sobre esta deslocação, podia ter sido



mencionado na resposta que nos deram, assim não era preciso dar a seguinte resposta: “que os valores não conseguem precisar”. -----

----- As afirmações que fiz baseiam-se integralmente nas atas, não se trata de suposições ou invenções. Srs. membros do Executivo Municipal, aquilo a que estamos a assistir e à não resposta à Oposição, à ocultação da verdade e à sua total desconsideração. É este o funcionamento democrático que defendem? -----

----- Passando para os factos da atualidade, o Executivo deve ter conhecimento, que o PSD local tem um email ao dispor da população para colocar questões. Vou citar um que recebemos: “Transporte para convocatória da Seleção Distrital de Futebol de Bragança. Três atletas femininas e um masculino, duas meninas e um menino representantes do Grupo Desportivo de Freixo e uma do Santo Cristo de Torre de Moncorvo, todos eles freixenistas e residentes em Freixo. Não consigo transporte da parte da Câmara, nem do Clube, continuamente denegado, supostamente denegado pelo Vice-Presidente, segundo o Coordenador desportivo. Não sei se não há dinheiro ou disponibilidade, ou se só há para outras coisas. Gostava de ser esclarecido, tanto que se fala do apoio ao desporto. Obrigado.” Sabendo que o desporto tem sido uma das apostas deste Executivo, que não é de estranhar, que o Presidente e Vice-Presidente outrora eram professores de educação física. Questiono se é verdade que foram pedidos estes apoios para o transporte das crianças que vão representar o Concelho nas seleções distritais e o mesmo foi negado? A ser verdade, propomos que neste âmbito fosse aplicada verba do Orçamento Municipal para apoiar o transporte das crianças que estão em representação do Concelho em atividades desportivas, culturais ou outras, nem que para isso haja necessidade de diminuir as verbas gastas em festas ou jantares. É só. -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA. -----

----- Muito bem Sra. Vereadora. Agradeço a sua larga intervenção, embora praticamente já foi toda ela respondida em reuniões anteriores. É que há uma grande diferença entre o passado e o presente, é que antes não se respondia nada, ou então dar-lhe-ia a resposta que dava a Maria do Céu Quintas, “é o que está aí”, “não tenho nada a dizer”, “continue a falar para aí”, mas não. Neste caso aqui existe educação e saber-estar e, acima de



[Handwritten signature]
[Handwritten mark]

tudo, frontalidade para falar consigo, cara a cara, olhos nos olhos, sobre tudo aquilo que temos aqui para falar. -----

----- Sabe que o desejo da recuperação do Presidente, de facto, sublinho e com bastante agrado a vossa preocupação em que eu recuperasse. Mas, de qualquer forma, fica bem patente a vossa preocupação em relação ao Presidente da Câmara, se recuperava ou não recuperava, no seu período de ausência, mas já teremos tempo para falar sobre isso. -----

----- Sobre o decurso das reuniões na minha ausência, o tom moderado, o AC ligado. Começar por lhe dizer o seguinte, o AC ligado, desde uma reunião que eu pedi para desligar, questionei os Srs. Vereadores da Oposição se não se importavam se o AC ficasse desligado e que os mesmos disseram que não se importavam, há que referir isso e falar com a verdade. E o AC está apenas desligado, porque nos está a dar diretamente, tão simples quanto isso e é apenas um pormenor. De qualquer forma, suponho que ninguém está com frio neste Salão Nobre, uma vez que está o AC ligado no fundo deste Salão Nobre e que aquece com as comodidades todas que tem. Não é como no contrário. -----

----- INTERVENÇÃO DA SENHORA VEREADORA DANIELA PEREIRA. -----

----- Posso? -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA. -----

----- Não, pode no fim quando eu acabar de falar. Não é como no final do anterior mandato, quando efetivamente os Vereadores da Oposição não tinham condições, nem eram respeitados. -----

----- Mais ainda, também dizer-lhe sobre a questão do tom moderado. Eu fico bastante satisfeito, que tenham preocupação com o tom moderado. O tom moderado que este Presidente da Câmara terá e o seu Executivo será sempre o tom, acima de tudo, da justiça, da frontalidade e, acima de tudo, falar com a verdade sobre os factos. E se a voz, porventura, faz-me lembrar os debates políticos das Eleições Autárquicas, quando, supostamente, o candidato do PSD falava com um tom mais baixo, e o Presidente da Câmara, que diziam na altura, que era o ainda Presidente da Câmara, mas que se veio a verificar que foi o atual Presidente da Câmara, onde tinha o tom mais elevado. Por isso, olhe, deixo essa premissa para vocês



debaterem, discutirem, porém na caixa de sugestões que têm na vossa página, para levarem a bom porto, não é isso que nos incomoda. Incomoda-me sim quando havia um tom moderado exacerbado, quando uma Vereadora da Oposição, no mandato de 2017-2021, era completamente insultada e que aí sim, levantava-se o tom da voz e que não se sabia sequer respeitar quem estava na Oposição. Aí é que me incomodava bastante aquilo que era levado ao tom moderado. -----

----- Sobre a conta final “Sabores & Tradições”. Já lhe foi respondido e poderá verificar no relatório de Prestação de Contas depois, se quiser, mais em pormenor. E foi-lhe dito quanto é que foi investido? Foi-lhe dito até quem é que tinha participado connosco? Foram dadas todas essas respostas. Se não têm mais nada para perguntar e se repetem as mesmas questões, é uma opção vossa, mas há algo que terão sempre da nossa parte, nós respondemos sempre a tudo com toda a legitimidade e, torno a repetir, o “Sabores & Tradições” teve um investimento entre 17 a 20.000,00€ e onde foi também participado pela CIM Douro naquilo que foi a promoção do produto endógeno que era o vinho, com a atribuição de copos com o símbolo do “Sabores & Tradições” e também da CIM Douro. Torno a repetir, mas basta verificar ou a reunião gravada ou as atas, que já foi lá respondido. -----

----- Depois dar-lhe aqui nota também do seguinte, alteração ao Regimento da Câmara, neste ponto conseguimos alguma coisa. Oh Sra. Vereadora, torno aqui a referir, que já foi respondido sobre isso, aliás, na minha ausência, o meu Vice-Presidente já lhe tinha respondido a isso mesmo, sobre a questão do Regimento. Mas eu faço-lhe a vontade e leio-lhe aqui até a questão do Regimento, não há problema nenhum, aquilo que os Senhores afirmaram no site do PSD, e passo a citar, que é aquilo que você acabou de ler, faz lembrar as Assembleias Municipais de uma determinada Deputada. “Congratulámo-nos com a proposta da alteração ao regimento da Câmara Municipal, que, no nosso entendimento, tardava a chegar. Desde a primeira reunião que batalhámos por isso. Apresentámos sugestões para enriquecer o regimento. Abstivemo-nos neste ponto, porque aguardamos pelas sugestões apresentadas”. Eu questiono os serviços se receberam alguma sugestão apresentada pelos Vereadores da Oposição em relação ao Regimento, por escrito? -----

----- **INTERVENÇÃO DO SENHOR ASSISTENTE TÉCNICO DO MUNICÍPIO VICTOR RENTES.** -----



----- Não. -----

----- **INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA
DR. NUNO FERREIRA.** -----

----- Questiono o Sr. Vice-Presidente e a Sra. Vereadora, se na minha ausência receberam alguma sugestão por escrito? -----

----- **INTERVENÇÃO DO SENHOR VICE-PRESIDENTE DR.
PEDRO VICENTE.** -----

----- Não. -----

----- **INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA
DR. NUNO FERREIRA.** -----

----- Muito bem. Aquilo que aconteceu foi, na própria reunião, falarem sobre o Regimento. Mas passo também aqui a ler, que é para a reposição da verdade, sobre aquilo que, de facto, aconteceu e temos aqui um parecer jurídico que diz o seguinte sobre a questão do Regimento, que é para todos os nossos munícipes ficarem esclarecidos, porque é quem nos preocupa no final de contas. “De acordo com o artigo 39.º, alínea a) do RJAL, compete à Câmara Municipal elaborar e aprovar o regimento, este RJAL não estatue qual o momento da elaboração e aprovação desse regimento”. Vejamos a Lei n.º, e aponte se faz favor, 169/99. No que respeita à Assembleia de Freguesia e em matéria de primeira reunião, estatui o artigo 9.º, n.º 6 que, enquanto não for aprovado o novo Regimento, continua em vigor o anteriormente aprovado. No que respeita à Assembleia Municipal e em matéria de primeira reunião, estabelece o artigo 45.º, n.º 5 que, enquanto não for aprovado o novo Regimento, continua em vigor o anteriormente aprovado. No que respeita à Câmara Municipal, não há norma que estabeleça, repito, não há norma que estabeleça em sentido idêntico relativamente ao Regimento. Todavia, nada na Lei estatui, impõe e ou obriga a que o Regimento da Câmara Municipal seja aprovado na primeira reunião, torno a repetir, que obriga a que seja aprovado na primeira reunião, foi o que aconteceu. Aliás, é nesse entendimento, inclusive, que também para a Câmara Municipal se aplica o entendimento de que, enquanto não for aprovado o novo Regimento, continua em vigor o anterior, foi sempre isso que afirmámos. E tal é assim, desde logo,



porquanto o Regimento em vigor no Município não estabelece em nenhuma das suas normas, artigos que a sua vigência está limitada ao mandato autárquico ao abrigo do qual o mesmo é aprovado. Aliás, até nos parece contraproducente que uma matéria de tamanha importância seja imediatamente aprovada na primeira reunião, pois esse é um momento demasiado precoce para que se possa ter já uma versão minimamente pensada e refletida pelos eleitos locais, quanto a um documento que irá definir e regular matérias tão relevantes. Acresce-se que não existe qualquer consequência jurídica para a não aprovação do Regimento na primeira reunião, que, recorde-se, não é para nós uma obrigatoriedade, pelo que estamos perante uma não questão destituída de qualquer relevância e ou importância prática. Não concordamos, por isso, com o entendimento da CCDR, até porque o mesmo não tem na Lei qualquer correspondência e ou apoio. E isto é sobre a questão do Regimento, que é para que não haja dúvida nenhuma. Também dar-lhe aqui nota, sobre o Regimento, aquilo que foi feito foi, de facto, trazer aqui à reunião de Câmara quando houve alteração do mesmo, uma vez que, anteriormente, quem estava em exercício do cargo de Vice-Presidente era a Dra. Ana Luísa Peleira e que agora foi substituída pelo Vice-Presidente Pedro Vicente. E prendeu-se apenas com um pormenor, que foi de a Vice-Presidente, na ausência do Presidente, para o Vice-Presidente, foi essa alteração que foi levada a cabo e que trouxe cá para a alteração do Regimento. Mas também lhe quero dizer aqui, Sra. Vereadora, que é para que não haja nenhuma confusão e que estejamos sempre de acordo sobre aquilo que é, de acordo não é consigo, é mesmo com a população lá em casa para que fique esclarecida, que nós iremos propor a alteração ao Regimento novamente. E iremos propor, na seguinte medida, para que as duas reuniões de Câmara sejam gravadas e colocadas em diferido, ao vivo e a cor nas plataformas do Município. A última de cada mês já fomos nós que sugerimos isso e que é uma forma de clarificarmos tudo aquilo que a nossa população pode ver e tirar as suas ilações. E iremos propor agora que a reunião de Câmara, a que a população não tem acesso presencialmente, que seja também gravada e publicada em diferido também para os nossos munícipes e quem vê, saber apenas e só aquilo que nos preocupa, a total transparência e falar sempre, mas sempre, com a verdade dos factos. É isso que assim faremos e traremos cá na próxima reunião, certamente, a alteração novamente ao Regimento. -----

----- Dar também nota, a quem vai questionar sobre o Gabinete de Agricultor. A Sra. Vereadora saberá que houve uma nova reestruturação do



organograma da Câmara, saberá também que foi criada uma nova Direção de Cargo de Divisão Intermédia, onde o Gabinete de Apoio ao Agricultor está tutelado, neste momento, por um Dirigente Intermédio de 3.º Grau, onde está lá alocado também o Gabinete de Apoio ao Agricultor e também há algo que nós teremos aqui de afirmar. Quando quem é que vão questionar? Nós aquilo que faremos sempre, confiamos em todo e qualquer funcionário desta Autarquia que trabalhe com rigor, com sigilo profissional e, acima de tudo, com vontade de desenvolver para Freixo de Espada à Cinta. Também relembrar-lhe aqui, Sra. Vereadora, que deve estar esquecida, quem criou o Gabinete de Apoio ao Agricultor foi este Executivo, não foi o anterior, fomos nós que tivemos a preocupação de criar o Gabinete de Apoio ao Agricultor e reforçar ainda mais o Gabinete Veterinário, que é para que fique bem claro e sim, continuará sempre a ser trabalhado. E também deixar aqui uma nota de reconhecimento público, já o tinha feito anteriormente, ao Eng. Pedro Teixeira, que entrou connosco para o Gabinete de Apoio ao Agricultor, que fez um trabalho de excelência, quer ele, quer o atual Enf. Daniel Caldeira, que também ainda se encontra a trabalhar no Gabinete de Apoio ao Agricultor, juntamente com a administrativa Diana Ramalho e que têm total confiança do Executivo Autárquico para continuarem com tudo aquilo que são as persecuções do Gabinete de Apoio ao Agricultor. Bem como, neste caso, o Eng. Amadeu, que é quem está a tutelar esta nova Unidade Orgânica. -----

----- E depois diz aí o seguinte, e eu concordo consigo, atenção, mudar por mudar não é progresso. Por isso é que em 2021 a população de Freixo escolheu mudar, para haver progresso e acabar com a estagnação a que estávamos voltados. Por isso é que em 2025, sabe o que aconteceu? Tornou a escolher continuar com o desenvolvimento e com o dinamismo. E quer em 2021, quer em 2025, aquilo que foi dado foi um voto extremo de confiança, ganhando por percentagem acima dos 60%, no caso 63, 64% e agora com 62%, quase 63%. Por isso, quem tem de confiar em nós, será sempre, e para quem nós trabalhamos todos os dias, é pela nossa população, isso será sempre funcionar. -----

----- Sobre os funcionários, as mudanças que houve e que foram levadas a cabo. Já anteriormente, Sra. Vereadora explicámos todas as mudanças que houveram e a quê que se deveram. E agora, a introdução de novos elementos, novos funcionários na Autarquia prende-se com maior relevância, com maior qualidade para os serviços técnicos da Autarquia e também as mudanças que houve foram para melhorar ainda mais os serviços e é isso que está aqui em causa. Mas também dar-lhe aqui outra



nota, Sra. Vereadora, para que fiquemos claros, quem faz as mudanças e quem tutela as mudanças, tal como no passado também faziam essas mudanças, embora com outro sentido, quem faz as mudanças de toda a orgânica da Câmara, é, de facto, o Executivo Autárquico que estabelece como é que devem ser levado a cabo os serviços da Autarquia, como é que há mais dinamismo, como é que há mais progresso e é isso que temos estado a fazer. -----

----- Sobre a avaliação do SIADAP, afirmámos que no final de 2025 estaria praticamente concluída e que estaria concluída até ao final do ano. E é nesse sentido que até durante este mês de janeiro iremos apresentar já, as avaliações e que será refletido seguramente já no vencimento de fevereiro, correto Sra. Chefe de Divisão? Entre fevereiro e março já se irá refletir. Mas há algo que é aqui fundamental, para que ninguém tenha nenhum problema, todos os funcionários desta Autarquia, dos ciclos avaliativos que estão em causa, que são dois, um que herdámos e um que é da nossa responsabilidade, serão ressarcidos daquilo que tiverem a receber na totalidade, que fique bem claro, na totalidade, é assim que o faremos. -----

----- E depois pedido formal sobre o pedido judicial, que já lá também iremos falar sobre isso. Aliás, aquilo que foi feito foi respondido ao requerimento apresentado pelos Srs. Vereadores da Oposição, na primeira reunião de Câmara, do mandado, se não estou em erro, se a memória não me falha, e que foi respondido dentro da reunião que viria posteriormente. Mais ainda, aquilo que não acontecia era no passado, o passado que vocês não gostam que seja citado, é que nós apresentámos, que eu me recorde assim vagamente, pelo menos 10 propostas que apresentámos ao anterior Executivo, sabe quantas é que foram respondidas? Zero. Nunca apresentaram nenhuma resposta a nenhum e ficaram todas na gaveta. Não foi o que aconteceu aqui, mas já lá iremos falar sobre isto. Os Senhores aquilo que estão a fazer é criar uma falsa ilusão e uma falácia e levantar suspeição onde não existe, mas também já falaremos sobre isso a seguir. ---

----- E onde está o processo? Como se alguém andasse aqui a esconder processos. Era só o que faltava ter agora o Município de esconder processos. Eu gostava era de saber alguns processos individuais, onde é que estão? Porque efetivamente não estão todos aí nos Recursos Humanos. -----

----- Sobre a viagem a Paris, já foi respondido na minha ausência e também quando eu estava, pelo Sr. Vice-Presidente, sobre a questão da viagem a Paris. Não sei se quer acrescentar alguma questão nesta? Força, então, só para continuarmos a dar aqui a explicação toda à Sra. Vereadora.



[Handwritten signature]
w

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR VICE-PRESIDENTE DR. PEDRO VICENTE. -----

----- Bom dia a todos. Só aqui para responder à Sra. Vereadora. Em qualquer, em nenhuma reunião, foi mencionado que a prestação de serviços com um período de 730 dias, que era da questão da alimentação, falaria lá em viagens e alojamento. Aquilo que foi dito foi alugar de espaço, transferes, animação e alimentação. Esse foi o motivo e foi de dois anos, de 730 dias, à volta de dois anos. Nunca foi falado em viagens e alojamento. –

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA. -----

----- Muito bem Sr. Vice-Presidente. De qualquer forma, diz que foram dois procedimentos que foram feitos, há algo que eu tenho aqui de referir, foram feitos porque nós não escondemos nada, nem omitimos nada, nem tão pouco camuflamos as contas do Município. Aliás, hoje pode chegar à base.gov e ver quais são os procedimentos que são levados a cabo com total transparência. Mas há algo que é curioso, penso que foi a Sra. Vereadora que afirmou, mas depois corrija-me na sua intervenção, que afirmou se era necessário ir uma comitiva tão grande a Paris e que se não era melhor ter ido a uma embaixada do que ir a um jantar dos emigrantes. Nós irmos a uma embaixada, penso que disse isso, se não é uma embaixada, pronto, está em vídeo ou está gravado, mas foi isto, basicamente, que foi dito. Eu quero-lhe dizer que o Executivo Autárquico, desde que está nestas funções, tem muito, mas muito orgulho em ir ao encontro da nossa diáspora, aos nossos emigrantes, àqueles residentes do Concelho de Freixo de Espada à Cinta que merecem o nosso respeito. E sim, a comitiva que foi, é uma comitiva que é necessária. Aliás, questiono a Sra. Vereadora quem é que tirava da comitiva para não ir? Uma vez que, torno a referir, foi a Sra. Presidente da Assembleia, foi o Sr. Vice-Presidente, foi a Sra. Vereadora, foram os Presidentes de Junta, exceto o Presidente da Junta de Ligares que por motivos pessoais não pôde estar, foi o Coordenador da Proteção Civil Municipal, uma vez que é a primeira vez que está esse cargo em exercício, tal como já aconteceu no ano anterior, que foi o Sr. Pároco do Município, para também dar conhecimento aos nossos emigrantes, e foi a equipa técnica de apresentação e logística do jantar, nomeadamente três funcionários. Desses todos, diga-me quem é que não ia? Mais ainda, aquilo que fazemos é sempre, mas sempre, ir ao



h
h
encontro dos nossos emigrantes, porque temos respeito total por eles. E para nós é muito mais importante ir ao encontro dos nossos emigrantes do que ir a uma embaixada qualquer só para tirar uma fotografia, isso é ponto assente. Mas não investimos 26.400,00€, como era investido, por exemplo, na revista “Villas&Golfe”, é que eu nunca vi nenhum campo de golfe cá em Freixo de Espada à Cinta, nem tão pouco qual foi a promoção turística sobre a questão do golfe que trouxe rendimentos. Mais ainda, também nunca vi nenhum retorno sobre o concurso das “Sete Maravilhas”, a não ser aquilo que encontramos já à posteriori, de mais de 50.000,00€ de chamadas telefónicas, com alguns números bastante conhecidos até de quem é que fazia essas chamadas. Por isso, sobre essa questão, penso que estamos esclarecidos. E sim, o Executivo assume e sabe aquilo que tem de fazer, que é trabalhar sempre, mas sempre em prol da nossa população, quer aqueles que estão cá a residir habitualmente no nosso Concelho, no melhor Concelho de Portugal, e aqueles que estão fora do Concelho e que sentem Freixo de Espada à Cinta, como ninguém. -----

----- Sobre o transporte para a convocatória da Seleção Distrital Feminina. Eu passarei aqui a palavra ao Sr. Vice-Presidente para explicar tudo e já agora sobre o email que foi enviado, que foi enviado para levar a cabo. E sobre as questões da caixa de questões, oh Sra. Vereadora, assumam que fazem a questão vocês e não há problema nenhum. Força, Sr. Vice-Presidente. -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR VICE-PRESIDENTE DR. PEDRO VICENTE. -----

----- Mais uma vez, bom dia, só para responder aqui a esta questão sobre os transportes. A Câmara Municipal sempre apoiou e continuará a apoiar os transportes para os convocados para torneios, ou torneios da Seleção. Nunca o fizemos para treinos. Aquilo que questionámos, uma vez que é a Associação de Futebol que os convoca para treinos, a Associação de Futebol é que tem de ter a responsabilidade de assumir o transporte, já que faz o transporte com uma carrinha da Associação de algumas crianças, que lhe interessa, tem de fazer o transporte de todos os convocados. Agora, quando é, quando é e volto a frisar, quando são convocados para representação da Seleção em torneios da Associação, a Câmara sempre, sempre apoiou e sempre continuará a apoiar. Não para treinos, para treinos tem de ser uma responsabilidade da Associação de Futebol. -----



**----- INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA
DR. NUNO FERREIRA. -----**

----- Muito bem. E quando acabou aí com a frase, verbas gastas em festas ou jantares. Há-de me dizer quais são as verbas gastas em festas ou jantares particulares que nós tínhamos feito? Hoje não celebramos aqui no Salão Nobre nenhum aniversário do Presidente da Câmara, nem tão pouco no Estaleiro Municipal novamente o aniversário do Presidente da Câmara. É esta a diferença entre o que era o passado, o que é o presente que é hoje e que há-de ser o futuro na mesma, que somos nós. Mas, dar-lhe ainda mais uma nota sobre aquilo que a Sra. Vereadora falou sobre o processo. Eu até lhe dou oportunidade, se quiser agora falar sobre as questões, se não eu continuo a minha intervenção. Quer falar já, Sra. Vereadora? -----

**----- INTERVENÇÃO DA SENHORA VEREADORA DANIELA
PEREIRA. -----**

----- Posso? -----

**----- INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA
DR. NUNO FERREIRA. -----**

----- Força, vamos lá a isso. -----

**----- INTERVENÇÃO DA SENHORA VEREADORA DANIELA
PEREIRA. -----**

----- Mais uma vez, passado, passado, passado, ok, muito bem. Pergunto ao Sr. Vice-Presidente se alguma vez mandou desligar o ar-condicionado na sua ausência? (O público já pode falar agora?) Sobre o Regimento, as sugestões foram dadas na reunião e estão escritas na ata. E se não viesse a alteração ao Regimento, nós ainda, na altura, ainda não conseguíamos ter acesso a ele. Em relação à gravação das duas reuniões, o PSD congratula-se com essa vontade, ok. Sobre os sócios da ADS-OPP, continuamos sem resposta. Na mudança dos funcionários, continua a não explicar as mudanças, ok. SIADAP, eu falei em atraso, dois períodos de avaliação, isso não é normal. Sobre o pedido formal, foi sim fora do prazo, contem os 10 dias úteis que não foram cumpridos. Sobre as viagens a Paris, na ata, o Sr. Presidente, está lá escrito, falou em alojamento e em logísticas, está escrito



em ata. Em relação à comitiva, eu referi se era preciso ir tanta gente e não falei em embaixada. Falei em Associações de emigrantes e de turismo e se, se justificava ir todo o Executivo Municipal? Para mim, isso não é normal. Em relação ao email que nos foi enviado por uma pessoa anónima, nós o que pretendemos saber, perguntamos aqui, não temos qualquer problema, nem precisamos de caixas de sugestões de lado nenhum. E pela última parte que disse, eu não falei em jantares particulares, o Senhor é que falou. Eu falei em viagens, festas e jantares, não falei em jantares particulares, o Senhor é que falou ao responder. -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA. -----

----- Muito bem, mais alguma questão, Sra. Vereadora? Muito bem, então agora eu vou dar resposta àquilo que acabou de falar, que é para ficarmos bem claros. -----

----- O passado, passado, passado existe e não se apaga. O que se apagou foi as gravações das reuniões de Câmara, antes de saírem daqui do Executivo, essas é que se apagaram. Por isso, iremos sempre continuar a falar sobre o passado, porque é nesse que nos baseamos, quando existem dúvidas, para haver termo de comparação. -----

----- Oh Sr. Vice-Presidente, eu confesso e fico preocupado consigo se mandou desligar o ar-condicionado ou não, mas veja se mandou ou não, se mandou ligar, porque é uma preocupação extrema para a condução da nossa reunião. -----

----- De qualquer forma, também dizer-lhe o seguinte, o público já pode falar agora? Não, o público pode falar no final da reunião, que é aberta ao público, de duas formas, se inscreverem atempadamente e quais as perguntas que querem colocar ao Executivo com prazo de oito dias, ou se for dada a palavra, no final se se inscreverem e se for concedida a palavra por parte do Presidente da Câmara a quem está presente. Que eu me recorde, no anterior mandato, sempre dei a palavra a todos os que estavam presentes no final para a sua intervenção e também na Assembleia Municipal tem sempre decorrido assim, embora o Regimento seja bastante rigoroso sobre esse ponto, mas entendi sempre que não devemos cortar a palavra à nossa população e ao nosso público. E congratulamo-nos que venham assistir às nossas reuniões, que é para isso mesmo que elas existem. -----



----- Sobre não ter acesso ao Regimento. O Regimento é público, o Regimento é público, têm acesso a ele e há uma coisa que vocês têm de ter a noção, não tinha de vir na primeira reunião. Já estava um Regimento em exercício, tal como não veio, olhe, não veio em 2017 o Regimento à reunião de Câmara, não veio. -----

----- **INTERVENÇÃO DA SENHORA VEREADORA DANIELA PEREIRA.** -----

----- Passado. -----

----- **INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA.** -----

----- Mas é ao passado que tem de se basear para o Regimento. Eu sei que lhe custa, mas tem de admitir. 2017, 2013. -----

----- **INTERVENÇÃO DA SENHORA VEREADORA DANIELA PEREIRA.** -----

----- Não me custa falar no passado. -----

----- **INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA.** -----

----- Fala no final. -----

----- **INTERVENÇÃO DA SENHORA VEREADORA DANIELA PEREIRA.** -----

----- Eu não estava no passado. -----

----- **INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA.** -----

----- Estava. 2017, 2013. Olhe, vamos fazer o seguinte, a Senhora falará quando eu lhe der a palavra. Agora, remete-se ao silêncio, tal como eu me remeti ao silêncio enquanto você esteve a falar. É assim que funciona, com cordialidade, com educação, sem levantar o tom de voz, como aquilo que



afirmou no início, mas que se está a esquecer, é isso mesmo que deve ser feito e sobre isso para que fique bem claro. O Regimento virá cá novamente para ser alterado, ainda bem que se congratula, uma vez que antes não se congratulavam com isso. -----

----- E sobre a questão se era preciso ir tanta gente? Eu não considero tanta gente. O que eu considero são pessoas que foram eleitas democraticamente, que representam o Concelho por inteiro e não só, apenas e só, Freixo de Espada à Cidade enquanto Vila, porque foram representantes de Poiães, de Lagoaça, de Fornos, o Sr. Presidente da Junta, de Mazouco e Freixo, o Sr. Presidente da Junta, a Sra. Presidente da Assembleia que representa todo o Concelho e os meus Vereadores, o meu Vice-Presidente e a minha Vereadora que representam também todo o Concelho. Só não foi o Presidente da Junta de Lígares que entendeu que não deveria ir. Mais ainda, olhe, nós concordamos plenamente que o Presidente da Junta de Lígares faça o almoço dos emigrantes no verão, para os emigrantes que vêm e que ofereça esse mesmo almoço. Acho que deve ser assim e devemos ter essa palavra de apreço e de carinho com os nossos emigrantes. -----

----- Sobre o email anónimo que recebeu. Eu pensei até que era identificado, mas se é uma caixa de emails anónimos, há uma coisa que eu lhe quero dizer, é a diferença. Nós tudo que é email anónimo e que não está assinado, simplesmente não tem cara, não tem rosto. Eu sei que essa prática é comum em alguns partidos, mas no nosso não é, nem tão pouco no nosso Executivo. -----

----- E agora sim, falaremos nós, queria dizer alguma coisa Sr. Vereador?

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR VICE-PRESIDENTE DR. PEDRO VICENTE. -----

----- Só aqui uma questão, relativamente ao Regimento, para terminar, e está em ata e foi falado aqui em reunião de Câmara, aquilo que foi dito foi para apresentarem as sugestões por escrito ao Gabinete e à posteriori iríamos analisar. Nunca foi aqui mencionado e foi dito em ata, em reunião, para apresentarem as sugestões por escrito. -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA. -----



----- Muito bem e foi isso que já foi aqui questionado, não vamos outra vez voltar a falar do mesmo. Muito bem, agora sobre aqui questões, falaremos da nossa atividade a seguir, mas deixarei agora para falarmos sobre o pedido formal, ou processo, como é que referiram? O processo, sobre o meu processo e sobre o requerimento que não foi respondido, supostamente. -----

----- Muito bem, vamos lá então a isso. Passemos então aos factos, que é para não haver nenhuma dúvida e passarei, a pasta preta está aqui, como também colocam lá no vosso site, está aqui a pasta preta. E o que é que contém a pasta preta? Mas passaremos já a isso mesmo. É curioso, é a forma como o PSD lida com esta situação e é bastante curioso, mas passo a citar aquilo que foi dito por parte do PSD sobre esta situação. Além de, o Sr. Vice-Presidente ter respondido a tudo aquilo que foi questionado nesse mesmo requerimento, ou não foi? -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR VICE-PRESIDENTE DR. PEDRO VICENTE. -----

----- Exatamente. -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA. -----

----- Pronto, entenderam que deveriam fazer novamente isso e publicar na rede social Facebook, novamente, aquilo que foi a vossa intervenção escrita. Esqueceram-se foi de lá colocar aquilo que já tinha sido respondido, quer aquando da primeira reunião da entrega daquilo que era sobre a parte do requerimento que mencionava do suposto processo judicial, e quer nessa mesma reunião, na minha ausência, onde eu não estava presente, que não tiveram a capacidade de falar cara a cara, olhos nos olhos, sobre isso mesmo, para questionar o meu Vice-Presidente e a minha Vereadora, mas que responderam e no qual eu tenho total confiança.

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR VICE-PRESIDENTE DR. PEDRO VICENTE. -----

----- Posso responder? -----



----- INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA
DR. NUNO FERREIRA. -----

----- Força e depois já continuo. -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR VICE-PRESIDENTE DR.
PEDRO VICENTE. -----

----- Sobre este assunto, foi respondido em reunião de Câmara, está em ata a resposta, acho que o PSD tentou induzir, na página deles do Facebook, induzir as pessoas em erro como se não houvesse uma resposta por parte do Executivo. Houve resposta, mas parece que só interessou por a questão e não a resposta. -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA
DR. NUNO FERREIRA. -----

----- Muito bem. Mas eu passo aqui a ler que é e vou falar sobre este processo, não pelos Vereadores do PSD, com franqueza, mas vou falar sobretudo para acabar com a falsa ilusão que estão a criar e a perceção à população, supostamente, que existe algum processo judicial e que está em curso, que continua em curso e que alguém recebeu algo indevidamente e que foi tudo feito de má-fé, que é para acabar com isso. Porque quem não deve não teme, essa é que é a realidade. E mais ainda, quando o PSD local diz aqui, na sua publicação do pedido formal e há uma parte que é curiosa, este pedido não foi feito por curiosidade nem por capricho político, foi apenas e só pela perseguição política que o fizeram, como é óbvio. E coloca aqui, se houve pagamentos? Tem de existir, deliberações, despachos, ordens de pagamento, comunicações e documentos financeiros? Existe, como é óbvio, isso tudo, mal seria se não existisse. Mas, já agora, há um parecer que é curioso, quando nós chegámos aqui ao Executivo em 2021, questiono também os Srs. Vereadores da Oposição do PSD, se acham que há lugar a pagamento de férias não gozadas do anterior Executivo? Se é legal ou se não é legal? Mais ainda, há um requerimento que passo a citar, que é público, “Em cumprimento do despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal, datado de 12/11/2021. Exarado, no requerimento apresentado pela ex-Presidente da Câmara Municipal, Sra. Maria do Céu Quintas, datado de 10/11/2021, no qual solicita o pagamento dos subsídios extraordinários, requerimento esse que se anexa à presente informação para



Handwritten signature

os seus seguintes esclarecimentos”. E só leio a parte final. “Assim, pelo exposto, considero que a ex-Presidente da Câmara (isto foi feito pela nossa jurista), a ex-Presidente da Câmara tem direito a receber os duodécimos do subsídio extraordinário de novembro, subsídio de Natal e subsídio extraordinário de junho, férias e as férias não gozadas em 2021”. Foi isto que nos foi dito. Mas sabe o que é curioso? A Lei o que diz é que as férias não gozadas, não têm lugar a pagamento por parte de membros do Executivo, ou seja, da anterior Presidente da Câmara, Vice-Presidente ou Vereador, mas já lá iremos. Deixar aqui algumas notas, quando o PSD, só sobre esse processo, que lhe suscita tantas dúvidas, espero e quero que esteja mesmo com atenção. -----

----- INTERVENÇÃO DA SENHORA VEREADORA DANIELA PEREIRA. -----

----- Está bem, estou cá para isso. -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA. -----

----- Não sei se está cá para isso ou não, mas eu peço-lhe que esteja. O desejo de melhoras pessoais do PSD local, eu já disse anteriormente, que registo, embora todos perceberão qual foi o real desejo que o PSD local teve sobre a minha recuperação. Aliás, durante o período em que estive ausente, o que fizeram foi apenas e só ataques pessoais e constantes. Aliás, o requerimento que foi apresentado e foi respondido pelo Vice-Presidente aos Vereadores da Oposição e mais ainda, isso é que eu não posso admitir, aproveitaram a minha ausência para questionar sem eu estar presente. E não é por a minha ausência, de não estar presente, dado o momento em que estava a decorrer. Eu estava entre a vida e a morte, onde poderia não estar cá hoje sequer, aqui presente. Se calhar a Sra. Vereadora não tem sequer essa noção da gravidade do que foi, mas poderia simplesmente não ter sobrevivido. E aquilo que os Senhores fizeram foi um ato, que nem o vou classificar, porque, de facto, não merece classificação, deixarei isso à consideração dos nossos munícipes para que o façam. Aliás, como já começaram a fazer. Porque, de facto, para infortúnio de alguém, que só deseja mal, felizmente estou cá, estou vivo e, acima de tudo, para trabalhar sobre aquilo que mais amo, que é o nosso Concelho. Mas registo aquilo que os Senhores fizeram, atacando-me numa fase frágil e que estava entre a



vida e a morte na minha vida, porque nem se trata de política, trata-se de vidas humanas. E dar-lhe aqui uma nota, quando estiveram vidas humanas em causa, como foi no caso do COVID, aquilo que eu fiz como Vereador de Oposição foi emitir um comunicado a dizer que, a partir daquele momento, não teceria nenhum comentário enquanto não ficasse resolvido e que prestaria todo o apoio, desde que o Executivo assim o quisesse. É a diferença entre o saber estar na política e aqueles que fazem a política de qualquer forma, nem olham a meios. -----

----- E mais, Sra. Vereadora, eu nunca recebi nada, note bem, nunca recebi nada, indevidamente, e sempre me pautei por uma conduta digna e responsável em todas as instituições e associações que liderei, deixando sempre saldos positivos, nomeadamente no Ensino Secundário, na Associação Académica do Ensino Superior, na Juventude em Movimento, na Banda de Música, ao contrário de outros que deixaram lá dívidas acumuladas e sem estar estruturada, e sempre por onde passei, mesmo no Executivo Autárquico, tenho-me pautado sempre, juntamente com as equipas que me acompanham, por fazer uma gestão rigorosa. Nem nunca recebi nenhuma ajuda de custo, indevida, nem nenhuma deslocação, indevida, que fique bem patente isso e que fique esclarecido lá para casa, que é quem interessa, neste caso, ficar esclarecido que são os nossos munícipes, que sempre falei cara a cara, olhos nos olhos com eles e com a verdade. Mais, Sra. Vereadora, nunca recebi nenhuma senha de presença de participação em Assembleias Municipais. Nem nunca me foram colocadas senhas de presença para eu receber no anterior mandato, olhe no tal passado que você não gosta que eu fale, a mim nunca me foram colocadas senhas de presença para eu assinar, supostamente não me eram devidas. Mas, nós o que temos feito é pôr as senhas de presença para receberem, porque é de Lei e a Lei tem de ser cumprida. Mas registamos aquilo que foi feito no passado, que é feito no presente e que há-de ser feito no futuro. Nem nunca me foram pagas férias não gozadas enquanto Presidente de Câmara, também que fique claro. E o responsável da contabilidade quando este processo, supostamente, estava em andamento, referente a mim, o pagamento, era o Dr. António Morgado, que hoje não está aqui presente, mas estará certamente a seguir e assim o afirmou perante a Dra. Andreia Bento quando da sua vinda. Aliás, deixarei depois as considerações, quando o mesmo estiver presente, se este tema vier à baila. -----

----- E o processo que existiu foi apenas e só movido por perseguição política, não foi por mais nada. Não existe nenhum processo em Tribunal que seja público em que tenhamos conhecimento, sobre a minha pessoa,



Nuno Ferreira, em relação a ajudas de custo ou recebimento de deslocações, a não ser Sra. Vereadora, porque hoje já falou aí num email anónimo, que tenha sido feita alguma queixa anónima contra a pessoa do Presidente Nuno Ferreira ou alguma queixa assinada contra a pessoa do Presidente Nuno Ferreira. Falta saber se os Senhores efetuaram alguma ou se têm conhecimento que alguma tenha sido efetuada? É que da nossa parte nós não temos conhecimento de nenhuma queixa, nem nenhum processo que decorra em Tribunal sobre isso. -----

----- Mais ainda, qualquer funcionário, colaborador ou prestador de serviço do Município deve ter sempre, mas sempre, sigilo profissional, é isso que se exige. Estou certo que nenhum funcionário ou prestador de serviços da Autarquia fará pagamentos ilegais sabendo que são ilegais. Ninguém fará isso e aí afirmo aqui completamente para que todos tínhamos essa noção e confio plenamente em todos os funcionários da Autarquia, colaboradores e prestadores. -----

----- Vocês colocaram até em causa o próprio Tribunal e o próprio Juiz e Juíza que homologaram o acordo. Ou alguém acha que um juiz vai homologar um acordo, independentemente de estar de acordo entre ambas as partes, que não seja legal, que não seja devido e que cumpra a Lei nacional de acordo com aquilo que é o estatuto do eleito local. Isso só pode pensar quem, de facto, está de má-fé e quer continuar com a má-fé e levantar climas de suspeição. -----

----- E como quem não deve não teme, passamos então a esclarecer tudo aquilo que temos para esclarecer, que é para que não restem dúvidas nenhuma para ninguém sobre tudo aquilo que existe. E vou ler aqui um parecer que nós solicitámos e que eu solicitei, já na altura e agora novamente, sobre quem é que tem lugar ao pagamento de ajudas de custo e também deslocações dos eleitos locais, quer do Presidente da Junta, quer dos Deputados da Assembleia Municipal, quer dos Vereadores da Oposição, quer do Executivo Autárquico e seu Presidente da Câmara. Passo a ler, “Em matéria de ajudas de custo e subsídio de transporte, dispõe o artigo 5.º, n.º 1 da alínea d) do Estatuto dos Eleitos Locais, Lei n.º 29/87, de 30 de junho, na versão conferida pela Lei n.º 82/2023, de 29 de dezembro, que os eleitos locais têm direito a ajudas de custo e subsídio de transporte. Tratam-se, portanto, de dois abonos de natureza diferenciada distinta, independentes entre si. Por um lado, o artigo 11.º do Estatuto dos Eleitos Locais, em matéria de ajudas de custo, preceitua o seguinte: -----

1. Os membros das Câmaras Municipais e Assembleias Municipais têm direito a ajudas de custo, a abonar nos termos e no quantitativo fixado para



a letra A da escala geral do funcionalismo público, quando se deslocem por motivo de serviço para fora da área do município. 2. Os Vereadores em regime de não permanência e os membros da Assembleia Municipal têm direito a ajudas de custo, quando se deslocem do seu domicílio para assistir a reuniões ordinárias e extraordinárias e das comissões dos respetivos órgãos. -----

Ou seja, os membros das Câmaras Municipais e das Assembleias Municipais têm direito a ajudas de custo, quando se deslocem por motivos de serviço para fora da área do Município. Já os Vereadores em regime de não permanência e os membros da Assembleia Municipal têm direito a ajudas de custo, quando se deslocem do seu domicílio para assistir a reuniões ordinárias e extraordinárias e das comissões dos respetivos órgãos. Por sua vez, o artigo 12.º do Estatuto dos Eleitos Locais, em matéria de subsídio de transporte, prevê que: -----

1.º Os membros das Câmaras Municipais e das Assembleias Municipais têm direito ao subsídio de transporte, nos termos e segundo a tabela em vigor para a função pública, quando se deslocem por motivo de serviço e não utilizem viaturas municipais. 2.º Os Vereadores em regime de não permanência e os membros da Assembleia Municipal têm direito a subsídio de transporte quando se deslocem do seu domicílio para assistir às reuniões ordinárias, extraordinárias e das comissões dos respetivos órgãos.

Ou seja, os membros das Câmaras Municipais e das Assembleias Municipais têm direito ao subsídio de transporte quando se deslocem por motivos de serviço e não utilizem viaturas municipais. Já os Vereadores em regime de não permanência e os membros da Assembleia Municipal têm direito a subsídio de transporte quando se deslocem do seu domicílio para assistir às reuniões ordinárias, extraordinárias e das comissões dos respetivos órgãos. Cabe aqui destacar o seguinte, o artigo 11.º da Lei n.º 11/96, de 18 de abril, na versão conferida pela Lei n.º 45-A/2024, de 31 de dezembro, que estabelece o regime aplicável ao exercício do mandato dos membros das Juntas de Freguesia, dispõe o seguinte: aplicam-se subsidiariamente aos eleitos para órgãos das Juntas de Freguesia com as necessárias adaptações as normas da Lei n.º 29/87, de 30 de junho. -----

Ou seja, apesar dos artigos 11.º e 12.º do Estatuto dos Eleitos Locais, apenas se referiram aos membros das Câmaras Municipais e das Assembleias Municipais, aos membros das Juntas de Freguesia aplica-se o Estatuto dos Eleitos Locais e, como tal, é estendido aos membros das Juntas de Freguesia o direito de ajudas de custo e subsídio de transporte. Isto, sem prejuízo, de os Presidentes das Juntas de Freguesia serem também



membros, por inerência, da Assembleia Municipal, nos termos do artigo 42.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro. Neste âmbito, é relevante ainda o Decreto-Lei n.º 106/98, de 24 de abril, na versão conferida pelo Decreto-Lei n.º 13-A/2025, de 10 de março, o qual veio estabelecer as normas relativas ao abono de ajuda de custo e transporte pelas deslocações em serviço público. O artigo 2.º desse Decreto-Lei define o conceito de domicílio necessário para efeitos de abono de ajudas de custo nos seguintes termos:”, peço que tenha atenção agora, “a) A localidade onde o funcionário aceitou o lugar ou cargo, se aí ficar a prestar serviço; b) A localidade onde exerce funções se for colocado em localidade diversa da referida na alínea anterior; c) A localidade onde citou o centro da sua atividade funcional, quando não haja local certo para o exercício de funções. Cumpre, então, apurar quanto ao conceito de domicílio considerado para o cálculo de ajudas de custo. Através do parecer n.º INF-DSAJAL-LIR 5277/2018, de 07/06/2018, a CCDR-Norte entendeu o seguinte: (e passo a citar) Por último, na reunião de condenação jurídica, realizada em 28 de janeiro de 2003, relativamente ao domicílio voluntário de eleito local, meio de prova legalmente adequado, foi aprovada uma solução interpretativa de acordo com a qual, cito, a prova da residência habitual para efeitos de atribuição de ajudas de custo e subsídio de transporte, previsto no n.º 2, dos artigos 11.º e 12.º, da Lei n.º 29/87, de 30 de junho, pode ser efetuada por qualquer meio legalmente idóneo, designadamente o atestado de residência emitido pela respetiva Junta de Freguesia, nos termos do artigo 34.º, do Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de abril. Ficando esta questão esclarecida, cumpre então destacar alguns aspetos importantes do acima identificado. Decreto-Lei n.º 106/98, de 24 de abril, assim, i) As deslocações em território nacional classificam-se em diárias e por dias sucessivos. a) Consideram-se deslocações diárias as que se realizam num período de 24 horas, e bem, assim, as que, embora ultrapassando este período, não impliquem necessidade de realização de novas despesas; b) Consideram-se deslocações por dias sucessivos as que se efetivam num período superior a 24 horas e não estejam abrangidas na parte final do artigo anterior. ii) Só há direito ao abono de ajudas de custo nas deslocações diárias que se realizem para além de 20 km do domicílio necessário e nas deslocações por dias sucessivos que se realizem para além de 50 km do mesmo domicílio. III) As distâncias previstas são contadas da periferia da localidade onde o funcionário ou agente tem o seu domicílio necessário e a partir do ponto mais próximo do local de destino. IV) O abono da ajuda de custo nas deslocações diárias corresponde ao pagamento



de uma parte da importância diária que estiver fixada ou da sua totalidade a saber: a) Se a deslocação abranger, ainda que parcialmente, o período compreendido entre as 13 e as 14 horas será 25%. Se a deslocação abranger, ainda que parcialmente, o período compreendido entre as 20 e as 21 horas, 25%. Se a deslocação implicar alojamento, 50%. V) As despesas de alojamento só são consideradas nas deslocações diárias que se não prolonguem para o dia seguinte, quando o funcionário não dispuser de transportes coletivos regulares que lhe permitam regressar à sua residência até às 22 horas. VI) Nas deslocações por dias sucessivos, abonam-se as seguintes percentagens de ajuda de custo diário: a) Dia da partida: I) Até às 13h, 100%; II) Entre as 13h e as 21h, 75%; III) Depois das 21h, 50%. b) Dia de regresso: I) até às 13h, 0%; II) entre as 13h e as 20h, 25%; III) depois das 20h, 50%; IV) os restantes dias, 100%. VII) Atendendo as percentagens referidas anteriormente, corresponde ao pagamento de uma ou duas refeições e alojamento, não haverá lugar aos respetivos abonos quando a correspondente prestação seja fornecida em espécie. VIII) O pagamento da percentagem de ajuda de custo relativa ao alojamento (50%) quer em deslocações diárias, quer por dias sucessivos, pode ser substituído por opção do interessado pelo reembolso da despesa efetuada, com o alojamento em estabelecimento ou hoteleiro, até ao limite de 85,00€. IX) O abono de ajudas de custo não pode ter lugar para além de 90 dias seguidos de deslocação. X) A título excecional e, em caso de comprovado interesse dos serviços nos termos dos números seguintes, pode ser autorizado, com acordo do funcionário ou agente, o uso de veículo próprio nas deslocações em serviço em território nacional. XI) O uso da viatura própria só é permitida quando, esgotadas as possibilidades de utilização económica das viaturas afetas ao serviço, o atraso no transporte implica grave inconveniente para o serviço. XII) Na autorização individual para o uso de automóvel próprio deve ter-se em consideração, para além do disposto no número anterior, o interesse do serviço numa perspetiva económica ou funcional mais rentável. XIII) A pedido do interessado e por sua conveniência, pode ser autorizado o uso de veículo próprio em deslocações de serviço para localidades servidas por transporte público, que o funcionário ou agente devesse, em princípio, utilizar, abandonando-se, neste caso, apenas o montante correspondente ao custo das passagens no transporte coletivo. XIV) O subsídio de transporte depende da utilização de automóvel próprio do funcionário ou agente. XV) O abono do subsídio de transporte é devido a partir da periferia do domicílio necessário dos funcionários ou agentes. XVI) As ajudas de custo devem ser abonadas no



prazo máximo de 30 dias, a contar da data da apresentação, pelo interessado dos documentos respeitantes à deslocação efetuada. XVII) O quantitativo correspondente ao abono diário do subsídio de refeição é deduzido nas ajudas de custo, quando as despesas sujeitas a compensação incluíram o custo do almoço. XVIII) Os funcionários ou agentes que recebam, indevidamente, quaisquer abonos de ajudas de custo e subsídio de transporte ficam obrigados à sua reposição, independentemente da responsabilidade disciplinar, que é ao caso couber. XIX) Ficam solidariamente responsáveis pela restituição das quantias indevidamente abonadas, os dirigentes do serviço que autorizam o abono de ajudas de custo e transporte, nos casos em que não haja justificação para tal". Este é o parecer total e espero que tenha ficado clarificado, sobre quando é que há e não há lugar ao pagamento de ajudas de custo, quer dos membros eleitos para a Junta de Freguesia, quer dos membros eleitos para a Assembleia Municipal e seus Deputados, quer dos membros Vereadores da Oposição em regime de não permanência, quer dos membros Vereadores eleitos e que estão no Executivo e quer do Sr. Presidente da Câmara, para que não restem nenhuma dúvida. Espero que tenham ficado esclarecidos sobre isto e que, de uma vez por todas, saibam aquilo que é a Lei. -----

----- Mas, mais ainda, eu irei reportar tudo aquilo que existe, sobre, desde a minha ida para Lisboa até à presente data que cessei, para cronologicamente colocar tudo e desafio qualquer um dos seus Vereadores a fazer o mesmo sobre a sua vida pessoal e escutiná-la de ponta a ponta, sobre onde é que recebem dinheiro, onde é que não recebem dinheiro, quais são os seus pagamentos, quais não são os seus pagamentos, para fazer, é que eu vou fazer isso. Já o fiz anteriormente, que foi isso que o Tribunal me veio dar razão e torno a fazê-lo agora aqui a vocês, cara a cara, olhos nos olhos, que é para saberem bem aquilo que é. E para, acima de tudo, esclarecer a nossa população da ilusão que vocês andaram a criar e da suspeição onde não existe e que foi num período, como já anteriormente afirmei, que foi, se calhar, o pior período da minha vida em relação a estar entre a vida e a morte. -----

----- Mas passo a citar: Fui Vereador da Câmara Municipal de Freixo desde 19/10/2017. No dia 10/01/2019, fui designado a exercer funções de Adjunto no Gabinete do Secretário de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, funções que exerci desde aí ininterruptamente. Desse facto, informei então a Presidente da Câmara Municipal, Maria do Céu Quintas, logo em dezembro de 2018. A partir daí, passei a residir em Lisboa. Quinzenalmente deslocava-me ao Município para reuniões de



R *n*

Câmara Municipal, apesar de terem sido alteradas, sem nenhuma justificação, relativamente ao seu dia, ou seja, a partir do momento em que residia habitualmente em Lisboa, passaram a ser realizadas às terças-feiras de manhã e não às sextas-feiras, como sempre foram realizadas. (Já aqui era para colocar entrave à minha vinda.) Por essas deslocações, foram pagas ajudas de custo de transporte no montante de 6.649,05€. No verão de 2019, anunciei que seria candidato a Presidente da Câmara Municipal de Freixo (isto a seguir ao verão de 2019, que ficou já a saber-se em Freixo de Espada à Cinta que seria candidato à Câmara Municipal das eleições de 2021). Na sequência desse anúncio, e logo a 12/08/2019, a então Presidente da Câmara, Maria do Céu Quintas, solicitou a entrega da declaração da AT que atestasse a minha residência. A 10/10/2019, apresentei atestado de residência emitido pela Junta de Freguesia de Avenidas Novas, em 30/08/2019, atestando a minha residência na Rua Tomás Ribeiro, em Lisboa. A 19/11/2019, fui notificado pela então Presidente da Câmara, Maria do Céu Quintas, de que o meio idóneo para provar a minha residência seria o Cartão de Cidadão. Desse ato, reclamei em 12/12/2019, considerando o atestado de residência emitido pela Junta de Freguesia de Avenidas Novas como o meio idóneo para atestar a residência. Através do despacho 4-DAF-2020, de 18/03/2020, fui notificado para proceder ao reembolso da quantia que me havia sido pago a título de ajudas de custo transporte no montante de 6.649,05€ e bem assim que me deixaria de ser pago qualquer valor a esse título. Ou seja, a então Presidente da Câmara, Maria do Céu Quintas, que sempre me pagou ajudas de custo transporte, a partir do momento em que eu anunciei que seria candidato a Presidente da Câmara Municipal, decidiu deixar de pagar essas ajudas de custo transporte sem qualquer explicação. Desse ato, reclamei a 14/04/2020, sendo que a 19/06/2020, a então Presidente da Câmara, Maria do Céu Quintas, proferiu o despacho 5-DAF-2020, dando o prazo improrrogável de 10 dias para eu proceder à devolução da quantia de 6.649,05€, sob pena de comunicação ao Serviço de Finanças para instauração de Execução Fiscal. Por tal, vi-me obrigado a recorrer aos serviços jurídicos de uma advogada para suspender e impugnar esse ato, sendo que, para evitar a execução fiscal e ser penhorado, tive de depositar à ordem do Tribunal a quantia de 6.649,05€. (E sim, fui eu que coloquei o processo ao Município e ao seu Executivo e não o contrário, que fique esclarecido.) Essa ação foi por mim instaurada a 08/07/2020, no âmbito do qual pedi a anulação do ato que me obrigou a restituir a quantia de 6.649,05€ e, bem assim, peticionei que me fossem pagos todos os valores a título de ajudas de custo transporte desde a data



em que os mesmos deixaram de ser pagos. Pela defesa dos meus direitos, requeri assessoria jurídica, tendo pago a quantia de 7.500,00€. O processo decorreu a sua normal tramitação, ato contínuo. Algum tempo decorrido após as Eleições Autárquicas de 2021, o Executivo, então eleito e que tomou posse, solicitou à Sociedade de Advogados, AAMM, que acompanhava o Município em vários processos, prestasse informação atualizada sobre todos os processos judiciais a decorrer termos. Relativamente a este processo, em concreto, naturalmente que me declarei como impedido de proceder a qualquer apreciação e/ou decisão, o que fiz mediante requerimento datado de 19/04/2022. O processo foi assim conduzido pela Dra. Ana Peleira, então Vice-Presidente da Câmara Municipal de Freixo. Na qualidade de autor no processo a 23/03/2022, apresentei nos autos um conjunto de documentação adicional a fim de corroborar a prova de que entre 10 de janeiro de 2019 e 12 de outubro de 2021, residiu com carácter habitual em Lisboa, de onde se deslocava quinzenalmente para, na qualidade de Vereador, participar nas reuniões da Câmara Municipal de Freixo de Espada à Cinta, tendo requerido a junção dos seguintes documentos. Documento 1 - Certidão do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, confirmando que durante, aquele período, o autor exerceu habitualmente as suas funções profissionais de Adjunto no Gabinete do Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, nos XXI e XXII Governos Constitucionais, no Palácio das Laranjeiras, sito na Estrada das Laranjeiras, em Lisboa, local onde o membro do Governo a quem este prestava apoio se encontrava sediado. Documento 2 - Faturas relativas ao arrendamento de fração urbana. Documento 3 - Documentos relativos a portagens. Documento 4 - Despesas suportadas pelo autor durante o ano de 2019 relativas a refeições, compras de supermercado, combustíveis, medicamentos, pagamento do arrendamento da fração urbana, vestuário, entre outras. Documento 5 - Despesas suportadas pelo autor durante o ano de 2020 relativas a refeições, compras de supermercado, combustíveis, pagamento do arrendamento da fração urbana, medicamentos, vestuário, entre outras. Documento 6 - Despesas suportadas pelo autor durante o ano de 2021 relativas a refeições, compras de supermercado, combustíveis, lavagem de veículo automóvel, aluguer de veículo automóvel, vestuário, entre outras. Na sequência, quer do pedido de informações que o Executivo dirigiu à Sociedade de Advogados AAMM, quer do requerimento por mim apresentado, a Sociedade de Advogados informou a Dra. Ana Peleira que os documentos em causa poderiam conduzir à conclusão de que o autor demonstrou que a



sua residência habitual se situava, no período em causa, em Lisboa. Segundo informações da Sociedade de Advogados AAMM, o Município encontrava-se em dívida a essa Sociedade, só relativamente a este processo, ao meu processo, Sra. Vereadora, na quantia de 64.192,35€, a título de honorários e despesas de faturas já emitidas e por liquidar (pedia silêncio) e por liquidar, ou seja, um processo de 20.000,00€, já chegaremos lá, gastaram 64.192,35€. O valor/hora que a então Presidente da Câmara acordou pagar à Sociedade de Advogados AAMM foi de 200,00€ à hora para levar um processo contra mim próprio. Todos estes valores são muito superiores ao montante das minhas ajudas de custo de transporte e não têm sequer comparação. Ou seja, como represália pela minha candidatura à Câmara Municipal de Freixo, o Município já estava em dívida à data de uma quantia que rondava os 64.000, torno a repetir, 64.192,35€. A referida Sociedade de Advogados indicou ainda que, em virtude do processo ainda estar em primeira instância, poderia ainda haver dois recursos, um para o Tribunal Central Administrativo do Norte e outro para o Supremo Tribunal Administrativo. Por tal, caso o processo prosseguisse para julgamento em recursos e o Município viesse a ser condenado, e essa hipótese era real e existia, a quantia que o Município poderia ser obrigado a pagar à referida Sociedade de Advogados, certamente rondaria entre os 130.000 a 140.000,00€. Em face do exposto, quer do elevado valor de honorários em dívida, quer do parecer da Sociedade de Advogados, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade, incluindo os Vereadores da Oposição PSD e onde um dos Vereadores tinha sido Vice-Presidente, mas sem a minha intervenção, pois não participei na discussão, nem estive no Salão Nobre na discussão deste ponto, ausentando-me do local enquanto decorreu a sua discussão, que os advogados do Município deveriam chegar a acordo com quem me representava no processo. Os advogados das partes chegaram a acordo no valor de 20.647,37€, calculado pelos serviços do Município e relativos às quantias deixadas de receber no âmbito das participações nas reuniões de Câmara. Tendo esse acordo sido homologado pelo Tribunal Administrativo Fiscal de Mirandela, numa sessão de tentativa de conciliação realizada a 06/06/2022. Esse acordo permitiu que o Município deixasse de incorrer os avultados custos com honorários de advogados que só neste processo vieram ultrapassar os 64.000,00€, conforme faturas emitidas e que tenho aqui. Que fosse reposta a Justiça, uma vez que a então Presidente da Câmara apenas deixou de pagar ajudas de custos transporte, em virtude do meu anúncio de candidatura a Presidente da Câmara Municipal. Cumpre-me sublinhar que, pese embora o não pagamento das



ajudas de custo transporte, estive sempre presente nas reuniões de Câmara, deslocando-me de Lisboa para o efeito e defendendo sempre os interesses do Concelho de Freixo de Espada à Cinta, que me tinham elegido como Vereador da Oposição, cargo que assumi com responsabilidade e dedicação, respeitando sempre o voto da nossa população. Importa também destacar que tive de depositar à ordem do Tribunal a quantia de 6.649,05€ para evitar ser penhorado, sendo que esse valor só foi restituído aquando do acordo alcançado. Também é essencial clarificar que, pese embora o recebimento no valor das ajudas de custo transporte ao abrigo do acordo alcançado, tive de despendar do meu bolso quantias avultadas a título de honorários e despesas, as quais não foram nem sequer comparticipadas pelo Município, uma vez que o acordo se limitou ao pagamento das ajudas de custo transporte. Também não recebi qualquer juro de demora por indisponibilidade da quantia de 6.649,05€ nem pelo atraso no pagamento das ajudas de custo transporte. Importa também deixar claro que, neste processo que foi meramente político, o Município, através do Executivo de então, decidiu gastar, gastar mais de 64.000,00€ ao erário público apenas para me tentar denegar um direito que me é reconhecido de forma incontroversa. -----

----- Depois disto tudo, de lhe ter dito já quando há lugar a ajudas de custo e desta explicação toda, para toda a população, saber, desde a minha ida até à data de hoje, aquilo que se passou. Mas eu vou-lhe dar aqui alguns exemplos de faturas. Estes são os documentos das provas, minhas, onde constam portagens, certidões, pagamentos, toda a vida escrutinada e tudo e mais alguma coisa, porque quem não deve, não teme. E que está, como é óbvio, em Tribunal, basta os Senhores pedirem ao Tribunal Administrativo de Mirandela para consultarem o processo. Também está aqui a deliberação e a ordem de pagamento, de que eu recebi 20.647,00€ e que o funcionário António Morgado, a Chefe de Divisão Susana Valente, a Vice-Presidente da Câmara, Ana Luísa Peleira e a tesoureira, que Deus a tenha, a Dona Elisa. Está aqui também, não sei como é que não sabem destes documentos, se foram os próprios a fazê-lo. Mais ainda, alguns exemplos das faturas relativas ao meu processo, Sra. Vereadora, só no meu processo, os Senhores gastaram, o PSD Executivo, gastou 64.192,35€, num processo de 20.000,00€, gastaram 64.000,00€. Só uma fatura, a título de exemplo, 11.808,00€; outra, 6.634,00€; outra, 26.973,90€ e posso continuar. E depois podem fazer contas, se quiserem, com alguma calculadora do secundário, têm aqui se quiserem depois ver. Isto prendeu-se apenas e só com uma perseguição total à minha pessoa. Mas não ficaram satisfeitos, é

[Handwritten signature]



que depois houve ainda outro novo processo que colocaram, viemos agora a descobrir, uma vez que os Senhores levantaram suspeição, nós fomos ao fundo da questão toda, a descobrir que foi colocada uma participação contra Vereadores para perda de mandato. Perda de mandato que o anterior Executivo queria em relação aos Vereadores da Oposição e onde gastaram, a módica quantia de 11.002,35€, mais 11.000,00€ que gastaram. Sabe o que é que isto deu? Zero, arquivado. -----

----- E passo aqui a ler alguns excertos da ata n.º 17/2021, que é para ficar um enquadramento todo, para ficar completamente esclarecida sobre tudo. Sobre o meu processo, já falei e já esclareci, espero que tenha ficado clarificada. Mas ainda não terminámos sobre a perseguição política que foi feita à minha pessoa e passamos aqui a ler, “Intervenção do Vereador Nuno Ferreira: Estou-lhe a perguntar aqui, olhos nos olhos, se estava ou não feliz quando fez queixa para a Procuradoria-Geral da República em relação à minha pessoa? Resposta da Sra. Presidente Maria do Céu Quintas: Não, não, fiz a queixa porque o Senhor abusa e usa as coisas que não deve usar. Depois há um diálogo, mais à frente, eu questiono: Diga lá qual é que foi o resultado da sua queixa? E a Sra. ex-Presidente: Qual foi o resultado? Não sei. Torno a questionar: Sra. Presidente, há uma coisa que eu não lhe admito, fale com a verdade. E ela respondeu: Não sei. E eu torno então a interpelar: Qual é que foi o resultado da sua queixa em relação a mim na Procuradoria-Geral da República? Mas de quê? E eu disse: Não, não, mas qual foi a queixa que você fez, diga-me lá. E a ex-Presidente diz: Eu já fiz, porque o Senhor usou o brasão da Câmara. Usa essas coisas todas e a história das ajudas de custo, e ainda não há resultados. Eu nem sabia que tinha feito uma queixa sobre mim, sobre o brasão, mas já vou falar sobre ela. Depois: Não, Senhora Presidente, não é nada disso. Você sabe que não é nada disso. Então qual é a outra? E eu disse: Qual foi a primeira queixa que você fez, como você sabe, assim como a Dra. Susana também sabe, qual foi a queixa que fez para a Procuradoria-Geral da República? Não vou ler agora tudo, passo outra vez a Maria do Céu Quintas: Você não pode usar a heráldica da Câmara no Partido Socialista. Foi essa a grande queixa que fez sobre usar o brasão da Câmara, que não é, no Partido Socialista. E eu respondi: Não espere, não vamos desvirtuar aquilo que estamos a falar, estou-lhe a perguntar a si, aqui hoje, se estava feliz quando fez a queixa para a Procuradoria- Geral da República? Não, essas coisas não me deixam feliz, respondeu a ex-Presidente, Maria do Céu Quintas, Agora tenho que as fazer. E eu respondi: Quando exigiu que eu me demitisse de Vereador e do cargo de Adjunto e que devolvesse todo o dinheiro que tinha recebido



como Adjunto. Diz a ex-Presidente: Ainda não recebi nenhum resultado. E eu torno-lhe a referir: Senhora Presidente, essa queixa que fez para a Procuradoria-Geral da República foi arquivada e foi indeferida. E você sabe disso, sabe isso tal como eu sei. E depois diz a Senhora Presidente, da altura: Então porque é que o Senhor teve de meter uma pretensão cautelar no Tribunal de Mirandela? Para poder avançar com o meu processo para a frente, senão nunca iria receber nada. E mais, sobre a queixa que fez para a Procuradoria-Geral da República, eu respondo aqui: Eu nunca, durante estes anos todos, nunca lhe disse nada. E diz a Senhora Presidente da Câmara: O dinheiro continua depositado. Porquê é que você o fez? Já vamos falar sobre isso, e sou eu que estou a falar aqui na primeira pessoa, e ainda bem que toca nisso também Senhora Presidente. Não, uma queixa que você fez não tem nada a ver com a outra. Essa de que está a falar do Tribunal de Mirandela foi eu que a fiz, não foi ao contrário, mas vamos falar da outra primeira. Senhora ex-Presidente: Porque você teve de entregar o dinheiro para meter a pretensão cautelar? Fui a saber dos meus direitos, e disse eu mais, da Procuradoria-Geral da República, a Senhora Presidente perdeu essa queixa. E a Senhora ex-Presidente dizia: Não. Eu disse: Não, sim, perdeu essa queixa e agiu de má-fé e cobardemente. E mais, não é o dinheiro que me move e não é por eu estar a pagar para vir exercer o meu cargo de Vereador há mais de dois anos que estou a pagar para vir exercer aquilo para que fui eleito e que me iria demover. E nesta ata, aconselho vivamente a lerem tudo, se assim o quiserem, vamos descobrir depois, sabe quanto é que custou mais a queixa do brasão, da hierática que gastaram, mais uma queixa contra mim, 5.965,00€, está aqui Sra. Vereadora, 5.965,00€. Sobre a queixa, para a Procuradoria-Geral da República, que fizeram e que foi arquivada e que essa queixa prendia-se para que eu saísse de Adjunto, saísse de Chefe de Gabinete, saísse de Vereador e que até abandonasse o cargo Técnico Superior do Município, sobre essa queixa que foi indeferida e que eu ganhei, foram gastos à Sociedade de Advogados, isto é que eu não sabia sequer, a módica quantia de 31.874,35€. Os Senhores gastaram no PSD, anterior Executivo e onde se incluíam todos os membros do mesmo, contra a minha pessoa, o Vereador de então Nuno Ferreira e atual Presidente da Câmara, quer saber quanto foi gasto só contra mim? Eu vou-lhe dizer Sra. Vereadora, 113.034,55€, 113.000,00€ para andar a perseguir um Vereador da Oposição, 113.000,00€ para gastar em algo que sabiam que me era devido e que ficou comprovado tudo isso, quer no meu processo de ajudas de custo e deslocação, quer na queixa do brasão heráldico e quer na parte da queixa para a Procuradoria-



V
↓

Geral da República. Foi esse a grande governação e despesismo que houve por parte do anterior Executivo. Mas não me espanta, porque só no processo da MJC gastaram mais do que aquilo que se devia e estamos a falar de mais de 350.000,00€, só em advogados. No processo que houve contra os próprios Bombeiros, também gastaram uma exorbitância, mas falarei desses depois. Sobre este aqui, que fique claro para toda a população saber em casa, foram gastos contra o Vereador da Oposição, Nuno Ferreira, 113.034,55€, que fique bem claro para todos. -----

----- O outro ponto deixarei para depois, que eu não falo na ausência de ninguém. Por isso, Sra. Vereadora, sobre isto, penso que fica mais do que esclarecida sobre tudo aquilo que se passou ao longo destes anos e que quem não deve, não teme. -----

----- Continuando aí, não sei se quer tecer algum comentário? -----

----- **INTERVENÇÃO DA SENHORA VEREADORA DANIELA PEREIRA.** -----

----- Só perguntar, porque é que se referiu às senhas de presença dos Vereadores na Assembleia Municipal? Não é ilegal? -----

----- **INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA.** -----

----- A gravação vai passar depois, connosco há essa gravação, nós não mandamos apagar. Aquilo que eu referi, e torno a referir, aquilo que eu disse, referi-me às senhas dos Vereadores da Oposição que recebem na Assembleia Municipal, porque eu quando estava como Vereador da Oposição na Assembleia Municipal, nunca me foi colocada a senha de presença para eu assinar ou para eu receber e aquilo que eu digo é que é de Lei e que ainda bem que nós assim o praticamos. Estou certo que concordará, Sra. Vereadora, olhe-me bem, estou certo que concordará, que as senhas de presença deviam ter sido pagas quando eu fui às Assembleias Municipais, ou não? -----

----- **INTERVENÇÃO DA SENHORA VEREADORA DANIELA PEREIRA.** -----

----- E o que é que nós temos a ver com isso. -----



----- INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA
DR. NUNO FERREIRA. -----

----- Não, não, estou-lhe a perguntar. Ah, ótimo era isso que eu queria que
você respondesse, porque, de facto, aqui se vê a preocupação de olhar
apenas e só para si própria e para o seu colega. Nós passamos, você há-de
passar, eu hei-de passar e hão-de cá continuar outros. E aquilo que é devido
a uns é devido a todos, é a grande diferença. -----

----- INTERVENÇÃO DA SENHORA VEREADORA DANIELA
PEREIRA. -----

----- Nós invocámos a Lei. -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA
DR. NUNO FERREIRA. -----

----- Desculpe, eu estou a falar. E eu estou a invocar a Lei, a dizer
precisamente todas as Leis e já viu aqui que há lugar a tudo. -----
----- Pronto, mas vamos continuar. -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR VICE-PRESIDENTE DR.
PEDRO VICENTE. -----

----- Posso Sr. Presidente? -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA
DR. NUNO FERREIRA. -----

----- Força. -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR VICE-PRESIDENTE DR.
PEDRO VICENTE. -----

----- Após os Srs. Vereadores do PSD terem levantado o assunto dos
direitos das deslocações e, depois de ouvir atentamente o Sr. Presidente, e
uma vez que todos nos pautamos pela Lei e pelos Direitos, informo que
vou solicitar à Câmara que verifique os meus Direitos enquanto eleito local



na Câmara Municipal de Freixo de Espada à Cinta e como residência habitual, como todos sabem, em Torre de Moncorvo. -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA. -----

----- Muito bem, Sr. Vice-Presidente. Aliás, recordo-me bem que na última campanha, o que é que os Senhores me acusavam? Que o meu local de residência que era Torre de Moncorvo, que o único que estava cá em Freixo a residir era o vosso candidato do PSD. -----

----- Mas muito bem, continuamos. Sobre o PSD, ainda dar aqui algumas notas, que é para que fiquemos clarificados. E já agora, Sra. Vereadora tem noção se fizeram alguma queixa anónima, ou vocês fizeram alguma queixa contra a minha pessoa? Só para sabermos, quando vocês falam em processo judicial, se existe algum em curso? É que nós não temos noção. Vocês têm alguma noção disso? -----

----- INTERVENÇÃO DA SENHORA VEREADORA DANIELA PEREIRA. -----

----- Não. -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA. -----

----- Muito bem, que é para ficar comprovado, às vezes aquilo que se levanta de falsos testemunhos. Dar aqui nota também sobre a publicação do PSD sobre os Vereadores, 13/01/2026, “Os Vereadores e Deputados Municipais do PSD do Município de Freixo de Espada à Cinta felicitam a eleição de Álvaro Santos para Presidente da CCDDR-Norte”. Dar aqui duas notas, esta eleição comprovou o seguinte: quem coloca o partido acima dos interesses de Freixo, ou quem realmente coloca o Concelho acima de qualquer partido político. Nesta eleição para a CCDDR-Norte, houve um entendimento entre os dois grandes partidos nacionais, quer entre o PSD e quer com o PS, e onde foi mencionado que deveria ser levado em conta esse mesmo acordo e que ambos os partidos e os eleitos locais nos seus Concelhos votassem na candidatura do Presidente, que acabou por ser eleito, Álvaro Santos. Aquilo que Freixo de Espada à Cinta fez, a par de outros Municípios e também do PSD, nomeadamente aqui Mogadouro



também fez, que é um Concelho PSD, foi apoiar precisamente o Prof. António Cunha, que era o atual Presidente da CCDR-Norte. E porquê? Temos memória e sabemos quem é que puxou para Freixo de Espada à Cinta, quem é que trouxe para cá investimento e quem é que ajudou a fazer parte da solução sempre para trazer mais investimento para Freixo de Espada à Cinta. E na hora de escolher entre o Partido e o nosso Concelho, houve grandes diferenças, os Senhores escolheram o vosso Partido, nós escolhemos o nosso Concelho, votando favoravelmente à eleição do Prof. António Cunha e cá estamos para continuar a trabalhar sempre, mas sempre em prol do nosso Concelho. -----

----- Depois dar aqui outra nota também, que os Senhores acusaram, não era quando eu estava presente, ainda estava de baixa, que estava ausente, 14/01 às 10h28min. “A 13 de outubro de 2021 era prometido “consulta aberta no centro de saúde, 24 horas por dia, tendo tido já conversações com a Unidade Local de Saúde do Nordeste”. Passados 4 anos, estamos muito pior! A culpa, também é do passado?”, questionam os Senhores em relação ao Presidente da Câmara. Fazer aqui um ponto, na descentralização de competências que resumiram assumi-las todas, a descentralização de competências da saúde foi passada para a Câmara Municipal, para a Autarca Maria do Céu Quintas? Não. Nós não temos também essa competência da saúde, há é uma grande diferença, é que nós temos estado sempre a lutar para que, de facto, o nosso Centro de Saúde tenha alargamento do horário, não cabe a nós essa decisão, cabe à ULS e ao Governo, aquele Governo que é do seu partido e que prometeu que em três meses resolvia todas as situações da saúde em Portugal e que hoje está muito pior do que estava antes, essa é a realidade. Mas aquilo, aqui saúde local, aquilo que tem feito o Presidente da Câmara e o seu Executivo é lutar por melhores condições de saúde no nosso Concelho. Olhe, nomeadamente, o transporte de doentes oncológicos, continuámos, não acabámos; aumentámos o transporte de doentes não oncológicos; o apoio aos medicamentos; a criação da Unidade de Cuidados Paliativos, também foi colocada por nós; as consultas mensais nas diversas especialidades para darmos apoio à população; e também, que estará para breve, assim o esperamos, temos tido diversas negociações sempre com a ULS-Nordeste, com o Governo para que haja um entendimento de o Centro de Saúde poder ser alargado até às 24 horas, ou até às 24 horas aberto. E aquilo que está em cima da mesa é a criação de uma USF (Unidade de Saúde Familiar), onde Freixo de Espada à Cinta poderá vir a fazer parte, ou com dois Concelhos vizinhos, ou com um Concelho vizinho, ou com Torre de Moncorvo, o



autarca José Meneses esteve também aqui numa reunião presente com todos os players envolvidos, ou com o Concelho de Mogadouro, onde o Doutor João Palas também esteve aqui envolvido nessa mesma reunião, e que estamos em negociações. E sim, queremos muito conseguir isso. Se depende só de nós? Não, não depende só de nós. Aquilo que queremos é que, acima de tudo, estará sempre a nossa população. Aliás, quando os Bombeiros precisaram do INEM, de uma ambulância de INEM para desbloquear, recordo-me bem, também se recordará, que houve a intervenção por parte do Executivo para fazer pressão sobre a tutela para que essa ambulância viesse também para o nosso Concelho. Também me recordo bem do subsídio extraordinário que demos para a compostura do motor de uma ambulância dos Bombeiros Voluntários, que era secundária ao INEM, de 3.500,00€ também para avançar. E temos estado sempre, mas sempre, na linha da frente e aquilo que deve haver lugar, é que a saúde é uma prioridade para todos, pelo menos para nós é sempre uma prioridade e nós admitimos sempre aquilo que está bem e o que está menos bem. Mas é curioso, que saíram mais reportagens sobre a temática da saúde, nomeadamente no Porto Canal, onde o Presidente da Câmara foi auscultado e que falou; houve também a reportagem do Jornal Expresso, onde também foi levado e contado aquilo que acontece; e esta que saiu na TVI, o Presidente da Câmara não estava presente, nenhum membro do Executivo prestou declarações, porque também não foram pedidas, porque, certamente, também aí estaria na defesa da população e eu o que quero dizer com isto é que estaremos sempre, mas sempre, na defesa da nossa população, custe o que custar e isso é fundamental, que fique aqui clarificado. -----

----- Sobre, não sei se quer tecer algum comentário Sra. Vereadora? -----

----- Muito bem, se não quer, continuo eu. Dar aqui nota, da atividade municipal, apesar de já estarmos, faltam 8 minutos, da atividade municipal do Executivo Autárquico, quer na minha ausência, quer também já com a minha presença. -----

----- Estivemos em Poiares, no evento III Edição dos Enchidos e das Sopas Poiaresas. Aqui, uma palavra de apreço à Comissão de Festas de Nossa Senhora do Rosário e também ao Sr. Presidente da Junta, Filipe Portela, que tem sido exemplar e que, de facto, é um Presidente de Junta com um P grande, que trabalha sempre, mas sempre, em prol da sua população. -----

----- Estivemos também em Lagoaça, na Comissão de Festas de Santo Antão, para um almoço onde fomos convidados e que prendeu-se com



angariação de fundos para a mesma Comissão de Festas de Santo Antão, aqui representados pela Vereadora Marisa Madeira. -----

----- Estivemos presentes no concerto de Ano Novo, da Banda de Música de Freixo de Espada à Cinta. Está viva, recomenda-se e cada vez está com mais, mais qualidade e é um orgulho para todos nós apoiarmos este projeto e que tem cada vez mais adesão dos mais novos a esta própria Banda. Aliás, foi até referido que músicos contratados do exterior para essa mesma atuação, penso que foram cerca de, entre 8 a 10 elementos nessa mesma atuação, denota bem a qualidade que existe hoje. Aqui uma palavra de apreço muito sentida, por parte do Executivo Autárquico, quer à sua Direção, ao Presidente David Garcia e a todos os que o acompanham, ao Victor Gaspar e a todos os que o acompanham, quer ao seu Maestro Orlando Rocha que, de facto, é mesmo alguém com um brio profissional tremendo, quer aos músicos, às crianças e, acima de tudo, aos encarregados de educação que apostam claramente naquilo que é o orgulho de todos nós, que é a nossa Banda de Música. -----

----- Estive presente também numa reunião com a ERSAR, em Lisboa, onde prendeu-se o processo que estamos a levar a cabo para a saída da AdIN e onde o Presidente da Câmara Municipal de Freixo de Espada à Cinta acompanhado do Chefe de Divisão Paulo Calvão e da Sra. Chefe de Divisão Andreia Bento, tivemos oportunidade de reunir com todo o Conselho de Administração e onde foi explicado todos os nossos motivos, as nossas formas de ser e de estar. Todo o processo foi conduzido até à presente data e que palavra dada, é palavra honrada e explicámos à ERSAR o porquê de querermos sair da AdIN e aquilo que não abdicamos decerto da AdIN para o futuro. Primeiro, não abdicamos que não façam cá investimento de 2.200.000,00€, penso que é mais ou menos isso, que nunca fizeram; não abdicamos que queiram levar valores ofensivos às nossas populações de mais de 1.200.000,00€, nomeadamente a Mazouco, Poiares e Lagoaça/Fornos; e não abdicamos, acima de tudo, que nos coloquem pressão para estarmos presentes nesta empresa intermunicipal, onde o preço da água escalou gigantescamente, graças ao Executivo anterior, e que hoje estamos aqui a fazer tudo por tudo para que possa ir a bom porto; e também não abdicamos que venham cobrar taxas sobre resíduos, nomeadamente a Poiares e a Mazouco, onde nem ETAR's têm. E foi isto dito, a reunião durou cerca de 2 horas, 2 horas e meia, se a memória não me falha, correto? E que iremos ter mais reuniões e é um processo que nós assumimos e que estamos a conduzi-lo com toda a realidade. Aliás, foi a

fl



primeira reunião oficial, depois da minha vinda, foi logo sobre o tema da água. -----

----- Dar também nota que estivemos presentes na inauguração do Ponto Biblioteca do Agrupamento de Escolas Guerra Junqueiro, tem a palavra a Sra. Vereadora Marisa Madeira. -----

----- INTERVENÇÃO DA SENHORA VEREADORA MARISA MADEIRA. -----

----- Bom dia a todos. Foi com enorme satisfação que estive ontem a convite da Sra. Diretora do Agrupamento na inauguração do Ponto Biblioteca. Um espaço que representa uma aposta no conhecimento e no futuro das nossas crianças. Está sediado na Escola do 1.º Ciclo e, com certeza, irá proporcionar aos alunos da Pré e do 1.º Ciclo melhores condições de aprendizagem e promoção do gosto pela leitura. -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA. -----

----- Muito bem Sra. Vereadora e, sim, a educação é sempre, mas sempre, uma prioridade. Prova disso é todo o empenho que temos tido sempre, ao longo do ano, de tudo aquilo que é solicitado pelo Agrupamento de Escolas, praticamente a 100%, não digo, mas 95%, é sempre deferido e sempre positivo, porque entendemos que as nossas crianças, os nossos alunos e alunas merecem o melhor, bem como o seu corpo da comunidade escolar que é envolvido, nomeadamente os Professores, também os Encarregados de Educação e também os funcionários, quer Administrativos e quer Auxiliares Operacionais. -----

----- Dar também nota que estivemos presentes na Montaria em Lagoaça, nomeadamente o Sr. Vice-Presidente Pedro Vicente e a Sra. Vereadora Marisa Madeira. Não sei se querem tecer algum comentário, Sr. Vice-Presidente? Aqui é o apoio claro ao turismo cinegético, que continuamos e apoiamos toda e qualquer montaria que seja levada a cabo no nosso Município, uma vez que é um turismo que traz estímulo económico ao nosso Concelho, que assumimos e que apoiamos na totalidade sempre estas montarias e estas associações de caça e pesca, seja em Lagoaça, seja em Mazouco, seja em Fornos, seja em Freixo, seja em Ligares, em qualquer uma delas, sempre que solicitam, estamos sempre, mas sempre ao lado das mesmas. -----



----- Dar também nota que estivemos presentes na reunião com o Consórcio do Caminho Português de Santiago de Leon de Rosmithal, tem a palavra a Sra. Vereadora Marisa Madeira. -----

----- INTERVENÇÃO DA SENHORA VEREADORA MARISA MADEIRA. -----

----- Foi no dia 15 de janeiro, estive juntamente com o Enf. Daniel Caldeira nesta reunião via Zoom. Teve como principal propósito a apresentação dos novos elementos políticos que entregam este Consórcio e também dar a conhecer os compromissos e planeamentos para 2026. A reunião teve também o objetivo de fazer o ponto da situação sobre o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido até ao momento, bem como discutir os passos a dar para a consolidação deste projeto de grande relevância nacional. Dos 12 Municípios que integram esta rota, dou nota que até ao momento apenas dois já sinalizaram o caminho e um destes Municípios somos nós, juntamente com Póvoa de Lanhoso. -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA. -----

----- Muito bem Sra. Vereadora. E há algo que aqui me deixa completamente orgulhoso, foi a passagem de testemunho que houve entre a anterior Vice-Presidente, Ana Luísa Peleira, de boa memória para o nosso Concelho, e a Sra. Vereadora Marisa Madeira. Recordo-me bem, recorda-se Vice-Presidente, quando chegámos ao Executivo, que não houve passagem de pastas nem de testemunho e tivemos por nós próprios que andar para a frente, mas cá estamos a desenvolver o nosso Concelho. -----

----- Dar também nota, porque estamos a entrar no ano de 2026, das atividades a decorrer ao longo do ano e que apelamos que se inscrevam, tem a palavra o Sr. Vice-Presidente. -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR VICE-PRESIDENTE DR. PEDRO VICENTE. -----

----- Dizer que o Executivo continua a trabalhar para proporcionar melhor qualidade de vida na parte desportiva aqui à nossa população. Exemplo disso são as várias atividades desportivas que a nossa população tem ao seu dispor. Desde Fit-Dance Kids já com 15 inscrições, com 15 crianças; na



Patinagem 30; no Futsal temos 60 participantes; na Ginástica de Solo dos 3 aos 7 anos, 25 participantes; na Ginástica de Solo dos 7 aos 16, 26 crianças inscritas; e no Karaté temos 5 crianças inscritas, isto para as nossas crianças. Para os nossos adultos temos o Fit-Dance já com 18 alunas; no Karaté 5 alunos; no Body Moving 30 alunos; na Sala de Musculação, com o Personal Trainer a acompanhar, temos uma ocupação no ginásio de cerca de 30 pessoas por dia; no WomenFit 26 inscrições; e no Power Mix 32. ----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA. -----

----- Muito bem Sr. Vice-Presidente, um Concelho em Movimento e sempre a pensar no bem-estar da nossa população. -----

----- Não sei se quer tecer algum comentário Sra. Vereadora? Muito bem.

----- Mas nós apelamos a que todos, independente da idade, que se inscrevam e que participem nestas atividades, uma vez que antes as atividades eram escassas, praticamente não existiam. Recordo-me bem quando era dado o Step, no terminal dos autocarros, e que hoje todas elas são dadas em condições apropriadas e é neste caminho que continuamos sempre, mas sempre, a evoluir. Passamos então agora à ordem do dia. -----

ORDEM DO DIA

----- **RESUMO DIÁRIO DE TESOUREARIA:** - A Câmara Municipal tomou conhecimento da existência de fundos através do resumo diário de tesouraria do dia vinte e dois de janeiro do ano dois mil e vinte e seis que acusa o saldo disponível de: -----

Dotações Orçamentais – Um milhão, cinquenta e dois mil, seiscentos e trinta e cinco euros e trinta e seis cêntimos. -----

Dotações não Orçamentais – Sessenta e quatro mil, novecentos e setenta e dois euros e quarenta e cinco cêntimos. -----

ATA: Aprovação da ata da reunião ordinária da Câmara Municipal realizada no dia nove de janeiro do ano dois mil e vinte e seis. -----



DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por maioria com uma abstenção dos membros presentes, aprovar a ata da reunião ordinária da Câmara Municipal realizada no dia nove de janeiro do ano de dois mil e vinte e seis, dispensando-se a sua leitura em virtude de a mesma ter sido distribuída previamente a todos os membros do Executivo. -----

----- O Senhor Presidente Dr. Nuno Manuel Rocha Gomes Ferreira absteve-se em virtude de não ter participado na reunião a que a mesma se reporta. -----

01 – COMPETÊNCIA EXCECIONAL – DECISÕES

----- **CERTIDÃO NOS TERMOS E PARA OS EFEITOS DO ARTIGO 54º DA LEI N.º 91/95, DE 2 DE SETEMBRO, NA SUA VERSÃO ATUALIZADA REQUERENTE: CABEÇA DE CASAL DA HERANÇA DE MARIM VAZ CORREIA TABORDA – TOMADA DE CONHECIMENTO:** Foi presente a informação nº 6/2026/DTOUH datada de 12/01/2026 subscrita pelo Chefe de Divisão Eng. Paulo Alexandre Araújo Calvão a qual informa que relativamente à celebração do negócio jurídico para constituição de compropriedade previsto no ponto 1 do artigo 54.º da lei nº 91/95, de 2 de setembro, na sua versão atualizada, dos prédios inscritos na matriz predial rústica da Freguesia de Poiares sob o n.º 938 e 1484, e aos prédios inscritos na matriz predial urbana da Freguesia de Poiares sob o n.º 734 e 643, não se vê qualquer inconveniente na emissão de parecer favorável. Informa ainda que pode o Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal emitir o respetivo parecer favorável por força da delegação desta competência da Câmara Municipal no Presidente da Câmara Municipal na reunião ordinária realizada no dia 03 de novembro de 2025 e, que aqui se dá por integralmente transcrita ficando um exemplar da mesma arquivado na pasta anexa ao livro de atas. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal tomou conhecimento da informação em apreço. -----

----- **MARIA JOÃO CAPELAS FILENO DA QUINTÃ, PARA RECONSTRUÇÃO DE UM EDIFÍCIO DESTINADO A HABITAÇÃO UNIFAMILIAR E ANEXO DE APOIO – PARECER INTERNO (ÂMBITO DO PROJETO DE ARQUITETURA) – PROCESSO Nº 25/2025 – TOMADA DE CONHECIMENTO:** Foi



presente para efeitos de tomada de conhecimento a informação n.º 02/2026/DTOUH datada do dia 06/01/2026 subscrita pelo Técnico Arqt. José Massa, a qual obteve parecer favorável através do despacho proferido no dia 07 de janeiro de 2026 de acordo com a competência delegada no Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal na reunião ordinária realizada no dia 03 de novembro de 2025. A presente informação dá nota que garantidos que se encontram os índices e parâmetros urbanísticos constantes do Regulamento do Plano Diretor Municipal (PDM), atual instrumento do Plano Municipal de Ordenamento do Território do concelho de Freixo de Espada à Cinta, bem como as demais Normas legais e regulamentares aplicáveis a operação urbanística em referência, e, concluída que está a apreciação técnica relativa ao Projeto no âmbito da Arquitetura (nos termos do n.º 1 e 2 do artigo 20.º do (RJUE), pelo que o Processo em análise se encontra em condições de ser aprovado de acordo com a alínea a) n.º 3 do mesmo artigo 20.º, por não se encontrar abrangido pelo art.º 24.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), propondo assim, a emissão de parecer técnico "Favorável" à aprovação do Projeto de Arquitetura, da pretensa operação urbanística designada em epígrafe e ainda notificar o requerente para no prazo de seis meses (a contar da data de notificação) apresentar os projetos de engenharia de especialidade necessários em função do tipo de obra a executar, e que aqui se dá por integralmente transcrita ficando um exemplar da mesma arquivada na pasta anexa ao livro de atas. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal tomou conhecimento da informação em apreço. -----

----- **MARIA JOÃO CAPELAS FILENO DA QUINTÃ, PARA RECONSTRUÇÃO DE UM EDIFÍCIO DESTINADO A HABITAÇÃO UNIFAMILIAR E ANEXO DE APOIO – APRECIÇÃO/SANEAMENTO LIMINAR (CONTROLO PRÉVIO) – PROCESSO Nº 25/2025 – TOMADA DE CONHECIMENTO:** Foi presente para efeitos de tomada de conhecimento a informação n.º 518/2025/DTOUH datada do dia 22/12/2025 subscrita pelo Técnico Arqt. José Massa, a qual obteve parecer favorável através do despacho proferido no dia 23 de dezembro de 2026 de acordo com a competência delegada no Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal na reunião ordinária realizada no dia 03 de novembro de 2025. A presente informação dá nota que na sequência da análise efetuada no âmbito do procedimento de




Apreciação/Saneamento Liminar ao abrigo do n.º 1 do artigo 11.º do (RJUE), no respeitante à entrada de pedido inicial de Licenciamento (fase do Projeto de Arquitetura), por se verificar a sua correta instrução, e que o requerente tem legitimidade para o apresentar, nos termos do (RMUE-FEC, e da Portaria n.º 71-A/2024, de 27 de fevereiro), propondo assim, a aceitação do Processo n.º 25/2025, no âmbito do Licenciamento Administrativo, respeitante à operação urbanística mencionada em epígrafe. Relativamente aos trâmites seguintes, e, verificando-se que a pretensa operação urbanística se localiza em solo do território que não carece de consulta a Entidades Externas ao Município, o Processo será entregue para a apreciação interna e concernente emissão de parecer ao Projeto de Arquitetura, por parte destes Serviços da DTOUH, e que aqui se dá por integralmente transcrita ficando um exemplar da mesma arquivada na pasta anexa ao livro de atas. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal tomou conhecimento da informação em apreço. -----

----- **HELDER MANUEL AIRES TAVARES, PARA ADAPTAÇÃO DE FRACÇÃO AUTÓNOMA DESTINADA A GARAGEM E ARRUMOS PARA HABITAÇÃO UNIFAMILIAR – PARECER INTERNO (ÂMBITO DO PROJETO DE ARQUITETURA) – PROCESSO Nº 22/2025 – TOMADA DE CONHECIMENTO:** Foi presente para efeitos de tomada de conhecimento a informação n.º 01/2026/DTOUH datada do dia 05/01/2026 subscrita pelo Técnico Arqt. José Massa, a qual obteve parecer favorável através do despacho proferido no dia 06 de janeiro de 2026 de acordo com a competência delegada no Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal na reunião ordinária realizada no dia 03 de novembro de 2025. A presente informação dá nota que garantidos que se encontram os índices e parâmetros urbanísticos constantes do Regulamento do Plano Diretor Municipal (PDM), atual instrumento do Plano Municipal de Ordenamento do Território do concelho de Freixo de Espada à Cinta, bem como as demais Normas legais e regulamentares aplicáveis à operação urbanística em referência, e, concluída que está a apreciação técnica relativa ao Projeto no âmbito da Arquitetura (nos termos do n.º 1 e 2 do artigo 20.º do (RJUE), pelo que o Processo em análise se encontra em condições de ser aprovado de acordo com a alínea a) n.º 3 do mesmo artigo 20.º, por não se encontrar abrangido pelo art.º 24.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE),



 propondo assim, a emissão de parecer técnico "Favorável" à aprovação do Projeto de Arquitetura, da pretensa operação urbanística designada em epígrafe e ainda notificar o requerente para no prazo de seis meses (a contar da data de notificação) apresentar os projetos de engenharia de especialidade necessários em função do tipo de obra a executar, e que aqui se dá por integralmente transcrita ficando um exemplar da mesma arquivada na pasta anexa ao livro de atas. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal tomou conhecimento da informação em apreço. -----

----- **JOSÉ MANUEL FERREIRA DE CASTRO, PARA RECONSTRUÇÃO DE UM EDIFÍCIO DESTINADO A HABITAÇÃO BIFAMILIAR – PARECER INTERNO (ÂMBITO DO PROJETO DE ARQUITETURA) – PROCESSO Nº 12/24 – TOMADA DE CONHECIMENTO:** Foi presente para efeitos de tomada de conhecimento a informação n.º 521/2025/DTOUH datada do dia 29/12/2025 subscrita pelo Técnico Arqt. José Massa, a qual obteve parecer favorável através do despacho proferido no dia 05 de janeiro de 2026 de acordo com a competência delegada no Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal na reunião ordinária realizada no dia 03 de novembro de 2025. A presente informação dá nota que garantidos que se encontram os índices e parâmetros urbanísticos constantes do Regulamento do Plano Diretor Municipal (PDM), atual instrumento do Plano Municipal de Ordenamento do Território do concelho de Freixo de Espada à Cinta, bem como as demais Normas legais e regulamentares aplicáveis à operação urbanística em referência, e, concluída que está a apreciação técnica relativa ao Projeto no âmbito da Arquitetura (nos termos do n.º 1 e 2 do artigo 20.º do (RJUE), pelo que o Processo em análise se encontra em condições de ser aprovado de acordo com a alínea a) n.º 3 do mesmo artigo 20.º, por não se encontrar abrangido pelo art.º 24.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), propondo assim, a emissão de parecer técnico "Favorável" à aprovação do Projeto de Arquitetura, da pretensa operação urbanística designada em epígrafe e ainda notificar o requerente para no prazo de seis meses (a contar da data de notificação) apresentar os projetos de engenharia de especialidade necessários em função do tipo de obra a executar, e que aqui se dá por integralmente transcrita ficando um exemplar da mesma arquivada na pasta anexa ao livro de atas. -----



DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal tomou conhecimento da informação em apreço. -----

----- **ALTERAÇÕES ORÇAMENTO DA DESPESA / PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS ANO: 2026 – TOMADA DE CONHECIMENTO:** Foi presente para tomada de conhecimento a alteração permutativa n.º 1 do orçamento da despesa e a alteração permutativa n.º 1 do plano plurianual de investimentos para o ano de dois mil e vinte e seis, e que aqui se dá por integralmente transcrita ficando um exemplar da mesma arquivado na pasta anexa ao livro de atas. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal tomou conhecimento das alterações supramencionadas. -----

----- **DESPACHO – DECLARAÇÕES DE CARÁTER OBRIGATÓRIO, NO ÂMBITO DO ARTIGO 15º DA LEI Nº 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, NA SUA ATUAL REDAÇÃO – TOMADA DE CONHECIMENTO:** Presente para tomada de conhecimento o despacho datado de dezanove de janeiro do presente ano, subscrito pelo senhor Presidente da Câmara sobre o assunto em título referenciado, na qual é referido que a Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, determina nos termos das alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 15.º, que os dirigentes das entidades declarem, até 31 de janeiro de cada ano: a) Todos os compromissos plurianuais existentes a 31 de dezembro do ano anterior se encontrem devidamente registados na base de dados central de encargos plurianuais; b) Todos os pagamentos e recebimentos em atraso existentes à data de 31 de dezembro do ano anterior e, aqui se dá por integralmente transcrita ficando um exemplar da mesma arquivada na pasta anexa ao livro de atas. -----

----- **INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA.** -----

----- Não sei se querem tecer algum comentário? -----

----- **INTERVENÇÃO DA SENHORA VEREADORA DANIELA PEREIRA.** -----



----- Sim, era só uma explicação sobre as dívidas à Câmara em relação à água, saneamento e famílias. Na água é 118.028,32€, no saneamento 33.503,80€ e nas famílias 373.893,40€. Uma explicação sobre estes valores. -----

----- **INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA.** -----

----- Muito bem Sra. Vereadora. Sobre esses valores será sempre explicado e dada a explicação necessária, mas já lá iremos. Quer responder Sra. Chefe de Divisão? Sr. Coordenador tem a palavra, força. -----

----- **INTERVENÇÃO DO SENHOR COORDENADOR DA CONTABILIDADE DO MUNICÍPIO VICTOR GASPAR.** -----

----- Bom dia a todos. Estes valores, que são todos transitados de anos anteriores, vêm tudo de dívidas não cobradas a munícipes de água e saneamento. -----

----- **INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA.** -----

----- Muito bem Sr. Vereador, aliás Sr. Coordenador. Isto reporta-se antes da entrada da AdIN, onde ficou este valor todo, como pode verificar, por cobrar e que lesou gravemente o nosso Município. Não é da responsabilidade do atual Executivo, mas nós queremos também dar aqui algumas notas sobre este mesmo despacho, que aqui vem hoje. -----

----- **INTERVENÇÃO DA SENHORA VEREADORA DANIELA PEREIRA.** -----

----- Das famílias também? -----

----- **INTERVENÇÃO DO SENHOR COORDENADOR DA CONTABILIDADE DO MUNICÍPIO VICTOR GASPAR.** -----

----- Sim. -----



----- INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA
DR. NUNO FERREIRA. -----

----- “Despacho. Todos os compromissos plurianuais existentes a 31 de dezembro do ano anterior se encontram devidamente registados na base de dados central de encargos plurianuais; Todos os pagamentos e recebimentos em atraso existentes à data de 31 de dezembro do ano anterior”. E dar aqui nota do seguinte, “Declaração de recebimentos em atraso. Declara-se que à data de 31 de dezembro de 2025 o montante de recebimentos em atraso registados na aplicação informática e apoio à contabilidade totalizam 634.184,97€. Declaração de pagamentos em atraso. Declara-se que à data de 31 de dezembro de 2025, não existem pagamentos em atraso registados na aplicação informática e apoio à contabilidade, isso prende-se com, Sra. Chefe de Divisão e Sr. Coordenador, isso prende-se com a execução do próprio Executivo, correto? Muito bem, eu torno a repetir, não existem pagamentos em atraso registados na aplicação informática e apoio à contabilidade até 31 de dezembro de 2025. Declaração de compromissos plurianuais. Declara-se que à data de 31 de dezembro de 2025 os compromissos plurianuais que se encontram devidamente registados na aplicação informática e apoio à contabilidade totalizam 4.117.809,67€ distribuídos da seguinte forma: Ano 2026 - 2.325.645,45€; Ano 2027 - 1.040.686,69€; e Ano 2028 - 751.477,53€”. Passamos então ao próximo ponto. -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR COORDENADOR DA
CONTABILIDADE DO MUNICÍPIO VICTOR GASPAR. -----

----- Posso? -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA
DR. NUNO FERREIRA. -----

----- Sim, prende-se com aquele tema? Força, força Sr. Coordenador. -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR COORDENADOR DA
CONTABILIDADE DO MUNICÍPIO VICTOR GASPAR. -----



----- Relativamente às famílias, eu não tinha visto esta parte, o valor em dívida que se prende com as famílias tem a ver com acordos dos valores das vendas das casas de habitação social. -----

----- **INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA.** -----

----- Muito bem, está a falar das casas que compraram e que ainda não pagaram? -----

----- **INTERVENÇÃO DO SENHOR COORDENADOR DA CONTABILIDADE DO MUNICÍPIO VICTOR GASPAR.** -----

----- Algumas que são pagas mensalmente e é sobre os acordos das vendas de casas. -----

----- **INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA.** -----

----- Muito bem. Continuamos e passamos ao próximo ponto. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal tomou conhecimento das respetivas declarações e que cumprem o determinado no artigo 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação, sendo as mesmas remetidas à Assembleia Municipal no prazo legalmente fixado. -----

02 – OBRAS PÚBLICAS

EMPREITADAS

----- **VALORIZAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DO COMPLEXO NATURAL DA CONGIDA – FASE C – PEDIDO DE PRORROGAÇÃO – DISCUSSÃO – VOTAÇÃO:** Atenta a informação n.º 05/2026/DTOUH datada de 08/01/2026 subscrita pelo Técnico Superior, Eng. José Carlos Fernandes, a qual informa que relativamente à solicitação por parte da firma empreiteira no dia 29/12/20025, sendo este um pedido de prorrogação a título gracioso, compete à Câmara Municipal deliberar sobre o mesmo, no entanto, é de parecer que, ao ser concedida a referida prorrogação, que fixará o prazo da obra em 31/03/2026, deverá, a



firma empreiteira, ficar sem direito à revisão de preços referente ao período de prorrogação e, que aqui se dá por integralmente transcrita ficando um exemplar da mesma arquivado na pasta anexa ao livro de atas. -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA. -----

----- Está aí o parecer do Eng. José Carlos Fernandes, que é de parecer que, ao ser concedida esta prorrogação de prazo, se fixará o prazo na obra em 31/03/2026, deverá a firma empreiteira ficar sem direito à revisão de preços referentes ao período de prorrogação. Não sei se querem tecer algum comentário? Colocava à votação. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade dos membros presentes, autorizar o pedido de prorrogação de prazo, que fixará o prazo da obra em 31/03/2026, deverá, a firma empreiteira, ficar sem direito à revisão de preços referente ao período de prorrogação. -----

08 – DELIBERAÇÕES DIVERSAS

----- ATUALIZAÇÃO DO PREÇO/TARIFA DE OCUPAÇÃO DAS LOJAS DO MERCADO MUNICIPAL – DISCUSSÃO – VOTAÇÃO:

Foi presente para efeitos de aprovação a informação n.º 34 datada do dia 19-jan-26 subscrita pela Técnica Superior Dra. Susana Valente sobre o assunto em título referenciado, onde consta que de acordo com a quarta cláusula dos contratos de utilização de espaço das lojas do mercado municipal o preço/tarifa de ocupação poderá ser atualizado anualmente, com base no índice de inflação de preços ao consumidor, sem habitação, do Continente, do Instituto Nacional de Estatística (INE) e de acordo com a média dos índices verificados nos doze meses anteriores ao mês em que ocorrer a atualização. Utilizando o índice de preços no consumidor exceto habitação (continente) com o fator de atualização de 1,02582295372759, os preços a praticar são os seguintes: Loja n.º 2 – 31,07€ (antes era 30,29€); Loja n.º 3 – 53,12€ (antes era 51,78€); Loja n.º 4 – 47,58€ (antes era 46,38€); Loja n.º 5 – 113,86€ (antes era 110,99€); Loja n.º 6 – 69,65€ (antes era 67,90€); Loja n.º 7 – 710,26€ (antes era 692,38€) e, que aqui se dá por integralmente transcrita ficando um exemplar da mesma arquivado na pasta anexa ao livro de atas. -----



----- INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA. -----

----- É a atualização que é levada a cabo todos os anos. Passo a citar, Loja n.º 2 - antes era 30,00€, passa para 31,07€; Loja n.º 3 - antes era 51,78€, passa para 53,12€; Loja n.º 4 - antes era 46,38€, passa para 47,58€; Loja n.º 5 - antes era 110,99€, passa para 113,86€; Loja n.º 6 - antes era 67,90€, passa para 69,65€; Loja n.º 7 - antes era 692,38€, passa para 710€. Não sei se querem tecer algum comentário? Colocava então à aprovação. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade dos membros presentes, aprovar a atualização dos preços, com efeitos desde janeiro. -----

----- APOIO AO TRANSPORTE DE MUNÍCIPES PARA CONSULTAS E EXAMES MÉDICOS DE FORO NÃO ONCOLÓGICO – ATUALIZAÇÃO DO INDEXANTE (RMMG 2026) – DISCUSSÃO – VOTAÇÃO: Presente para efeitos de aprovação a informação n.º 42 datada do dia 19-jan-26 subscrita pela Chefe de Divisão E.S.T., Aldina Maria Teixeira Massa sobre o assunto em título referenciado, onde consta que à semelhança dos anos anteriores, sempre que haja uma atualização à Remuneração Mínima Nacional Garantida, a Câmara Municipal deverá deliberar sobre o montante a fixar na atribuição do respetivo apoio na análise de elegibilidade constante da fórmula do art.º 12.º do “Regulamento do Transporte de Munícipes para Consultas e Exames Médicos, de Foro Oncológico e Não Oncológico” em vigor desde 03 de setembro de 2025 e, que aqui se dá por integralmente transcrita ficando um exemplar da mesma arquivado na pasta anexa ao livro de atas. -

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA. -----

----- Aquilo que o Executivo vem aqui propor, através da sua Chefe de Divisão, Dra. Aldina Massa, é que passemos, nesse caso, para, em vez de ser os 400,00€, suponho que estava antes, correto? -----

----- INTERVENÇÃO DA SENHORA CHEFE DE DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, SOCIAL E TURISMO DRA. ALDINA MASSA. -----



----- 435,00€. -----

**----- INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA
DR. NUNO FERREIRA. -----**

----- Passar para 460,00€ para apoio, ainda mais, às nossas famílias, que infelizmente, por vezes, necessitam deste apoio. Não sei se querem tecer algum comentário? Força. -----

**----- INTERVENÇÃO DA SENHORA VEREADORA DANIELA
PEREIRA. -----**

----- Na informação da Chefe de Divisão, no valor indicado, numa coisa está por extenso e no outro está 920,00€, e por extenso não está correto. Na dita informação, também remete para a Lei n.º 75/2013, 12 de setembro, de acordo com a alínea u) refere, “Promover a oferta de cursos de ensino e formação profissional dual, no âmbito do ensino não superior, e apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção das doenças”. Na nossa opinião, é só uma opinião, enquadra-se mais na “alínea v) Participar na prestação de serviços e prestar apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade, em parceria com as entidades competentes da administração central e com instituições particulares de solidariedade social, nas condições constantes de regulamento municipal”. Do nosso ponto de vista, é este o nosso enquadramento. E como refere também na mesma informação, “critérios de equidade e justiça social”, sugeria então o valor de referência de 54,35% da Retribuição Mínima Mensal Garantida, ou seja, igual ou inferior, neste caso, a 500,00€ como montante a fixar para o efeito. No passado recente, com o anterior Chefe de Divisão, veio à reunião de Câmara, no dia 03 de novembro de 2025, um pedido de transporte onde na informação constava, “Verificou-se que a requerente não reúne os requisitos para beneficiar deste apoio, por uma diferença mínima relativamente aos critérios estabelecidos”, valores esses que nunca nos foram facultados. Quando foi levantada a questão nessa reunião, obtivemos a seguinte resposta do Sr. Presidente, que eu vou citar da ata, “Quando existe mais um diferencial, que possa ser 50 ou 100,00€, entende o Executivo Autárquico que poderemos associar e ajudar mais as pessoas para que possam ir àquilo que, para aquilo que é o normal funcionamento e para podermos ajudar também



os nossos munícipes”. Perante esta situação e para não virem mais informações como estas, para quem querem e como querem, sugeria então o valor de 54,35%, abrangendo assim mais munícipes e salvaguardando o requerente, o regulamento. É só uma opinião. -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA. -----

----- Já terminou? Muito bem. Sobre a informação que é aqui prestada, está de acordo com aquilo que está estipulado na Lei e também dar-lhe a seguinte nota, não é para quem quer e quem entende, isso deveria estar-se a referir ao passado, não é agora de certeza. Aquilo que faremos é aumentar gradualmente, tal como aqui estamos a aumentar gradualmente o apoio, para 460,00€. Colocando aquilo que é o normativo que foi aqui explicado pela informação prestada pela Dra. Aldina Massa, Chefe de Divisão e, sim, sempre que houver situações que requeiram mais valor para poderem usufruir deste apoio, iremos analisar e virá sempre aqui a reunião de Câmara. Mais ainda, aquilo que nós estamos a fazer é levar a cabo uma proposta nossa, que trouxemos desde o início e que fomos mais além dos transportes dos doentes oncológicos, onde uma vez também tem direito os transportes dos doentes não oncológicos e que temos subido sempre gradualmente. Neste montante, para o ano de 2026, será o que ficará em vigência de 50%, são 460,00€. Sempre que houver alguma situação e que o próprio regulamento, já isso foi explicado anteriormente em casos omissos, que o próprio Executivo poderá decidir, não é por isso que ficará sem o transporte. Aliás, nós nunca deixámos ninguém sem o transporte, de acordo com aquilo que está estabelecido. Por isso, e da próxima vez, Sra. Vereadora, como sabe quais são os temas da reunião, agradecemos que envie a proposta por escrito, que é para depois ser debatida, analisada e ser acolhida ou não ser acolhida na própria reunião. Posto isto, coloco à votação. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por maioria, com três votos a favor dos Senhores Presidente Dr. Nuno Ferreira, Vice-Presidente Dr. Pedro Vicente e Vereadora Dra. Marisa Madeira e uma abstenção da Senhora Vereadora Daniela Pereira, aprovar o montante pecuniário de 460,00€ (quatrocentos e sessenta euros), tendo por base critérios de equidade e justiça social e utilizando como referência o rendimento per capita dos agregados familiares. -----



----- **DECLARAÇÃO DE VOTO** -----

----- **INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA.** -----

----- Eu irei fazer uma declaração de voto para a ata sobre este ponto. O Executivo Autárquico congratula-se por ter sido aprovado este apoio, que vai de encontro àquilo que é as dificuldades inerentes a muitos municípios do nosso Concelho, uma vez que anteriormente só havia lugar ao apoio aos transportes dos doentes oncológicos. Foi com este Executivo que, precisamente, começou este transporte dos doentes não-oncológicos e que, gradualmente, apesar das limitações financeiras que encontrámos, temos vindo sempre a subir. E, sim, para nós será sempre um fator decisivo aquilo que é o apoio na saúde e o investimento na saúde. E nunca, mas nunca, deixaremos de apoiar quem realmente necessita de usufruir deste transporte dos doentes não-oncológicos. Disse. -----

----- **PROPOSTA – PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO E O CASC (CENTRO DE AÇÃO SOCIAL E CULTURAL) – DISCUSSÃO – VOTAÇÃO:** Pelo senhor Presidente da Câmara foi presente a proposta do Protocolo de Colaboração entre o Município e o CASC e que aqui se dá por integralmente transcrita ficando um exemplar da mesma arquivado na pasta anexa ao livro de atas. -----

----- **INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA.** -----

----- Não sei se querem tecer algum comentário sobre o mesmo? Força. –

----- **INTERVENÇÃO DA SENHORA VEREADORA DANIELA PEREIRA.** -----

----- Era uma justificação para o valor ser tão elevado. Aqui ninguém é contra o C.A.S.C., mas as cozinheiras são funcionárias da Câmara, o edifício é da Câmara, os sócios pagam. De acordo com o Protocolo que recebemos, na Cláusula 3.^a, diz que são refeições para as atividades da Câmara. Uma sugestão da nossa parte, fazer uma prestação de serviços ao C.A.S.C., o C.A.S.C. emite a fatura à Câmara como qualquer outro restaurante. Uma sugestão nossa. -----



----- INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA. -----

----- Muito bem. Torno a repetir, deve enviar essas sugestões por escrito, dar-lhe aqui nota do seguinte, sob o Protocolo, vamos de acordo, àquilo que era anteriormente, até valores mais baixos e é até ao montante máximo, que é para saberem lá em casa, para não estarmos depois aqui a dizer que são mais, até ao montante máximo de 30.000,00€. Também esclarecer toda a população que quem pode usufruir do C.A.S.C., estão aqui membros da Direção do C.A.S.C., podem usufruir os funcionários da Autarquia, prestadores e colaboradores da Autarquia e também os Bombeiros Voluntários que também podem usufruir. Penso que é só aqui o que está estabelecido e descontam 1% do ordenado, todos os meses, para o mesmo efeito. E todas as atribuições que aqui estão é, de facto, para levar a cabo mediante o Protocolo. Sra. Vereadora vai-me desculpar, mas o C.A.S.C., a função dela, não é fazer concorrência aos restaurantes, nem passar fatura como fazem os restaurantes. Bem pelo contrário, será sempre dar o apoio àquilo que são os funcionários da Autarquia, que requerem ir lá buscar as suas refeições, também aos Bombeiros Voluntários e que têm o custo também de 4,50€, dose diária e que suponho, que este ano irá subir, não muito, mas que irá subir. Por isso, que é para ficar total transparência para quem nos ouve lá em casa e para esclarecimento, porque é um protocolo público. Muito bem, coloco à votação. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por maioria, com três votos a favor dos Senhores Presidente Dr. Nuno Ferreira, Vice-Presidente Dr. Pedro Vicente e Vereadora Dra. Marisa Madeira e uma abstenção da Senhora Vereadora Daniela Pereira, nos termos da alínea p) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação e em conformidade com o disposto no Decreto-lei n.º 13/2011, de 25 de janeiro, aprovar a celebração de protocolo de colaboração com o CASC dos Trabalhadores da Câmara Municipal de Freixo de Espada à Cinta nos termos e condições constantes na respetiva minuta de Protocolo.

----- PROPOSTA – PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO E A ASSOCIAÇÃO RECREATIVA E CULTURAL DA BANDA DE MÚSICA DE FREIXO DE ESPADA À CINTA – DISCUSSÃO – VOTAÇÃO: Pelo senhor Presidente da Câmara foi presente a proposta do Protocolo de Colaboração entre o Município e a



Banda de Música de Freixo de Espada à Cinta e que aqui se dá por integralmente transcrita ficando um exemplar da mesma arquivado na pasta anexa ao livro de atas. -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA. -----

----- Tal como no ano anterior, vem aqui para aprovação um Protocolo com a Banda de Música, que tem sido fundamental naquilo que é a percussão cultural e o apoio prende-se até ao valor máximo de 35.000,00€ para este Protocolo. Não sei se querem tecer algum comentário? Muito bem. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade dos membros presentes, nos termos da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, aprovar a minuta do Protocolo de Colaboração a celebrar com a Associação Recreativa e Cultural da Banda de Música de Freixo de Espada à Cinta nos termos e condições constantes na respetiva minuta de Protocolo. -----

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA: Nos termos do número três do artigo cinquenta e sete do Anexo I da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze de doze de setembro, e para efeitos do disposto no artigo cinquenta e seis do mesmo normativo legal, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar a ata sob a forma minuta com vista a sua executoriedade imediata. -----

----- INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DR. NUNO FERREIRA. -----

----- Antes de terminar a reunião, deixem-me fazer apenas e só uma declaração, antes de terminar a mesma. Termino esta reunião com sentido de responsabilidade e de orgulho de ter voltado ao exercício das funções que me foram confiadas e onde foram expressas nas Eleições de 2025, 12/10/2025, e que quero agradecer aqui publicamente. À minha equipa que me acompanha diariamente, ao meu Vice-Presidente, à Sra. Vereadora, aos meus Chefes de Divisão, funcionários da Autarquia, Coordenadores,



Encarregados e toda a comunidade do Concelho de Freixo de Espada à Cinta, quer a que trabalha e quer a que não trabalha, por todo o apoio que deram neste momento difícil da minha vida, onde estive entre a vida e a morte neste período. Aquilo que eu quero aqui referir, não se trata sequer de política, trata-se de uma vida humana e trata-se, acima de tudo, do reconhecimento profundo da minha parte, uma vez que eu não consegui responder aos milhares de mensagens que me foram enviadas, aos milhares de telefonemas que me foram realizados, mas não posso de o deixar. E quero deixar uma palavra de apreço, aqui em direto, para ficar gravado para a posteridade, à minha família. À minha família que esteve lá, que me apoiou, que me ajudou, que sofreu com tudo aquilo que foi à minha volta, mas que, acima de tudo, ajudou-me a ultrapassar este grave problema de saúde que me afetou a mim em particular. E isto leva-me a crer que o caminho será sempre, mas sempre, investirmos na parte da saúde e a saúde será sempre o bem mais precioso que teremos ao longo dos anos. Por isso, aquilo que eu desejo para o Concelho de Freixo de Espada à Cinta é que tenham muita, mas muita saúde. Dar também nota que, durante este período, pude constatar o que é que realmente importa nesta vida, se é questões e tricas políticas que não acrescentam nada, ou se é, de facto, a vida pessoal de cada um. E, de facto, é a vida pessoal de cada um. Quem sofre connosco e quem tem orgulho naquilo que nós fazemos, quem, de facto, importa é a família. Eu queria deixar aqui uma palavra de apreço, novamente, à minha família, à minha mulher Angelique, ao meu filho Afonso, aos meus pais, aos meus tios, irmãos, porque, de facto, foi difícil e a uma pessoa em particular, que foi quem me salvou a vida e recomendo a todos os freixenistas que possam consultar o mesmo, ao Dr. Luís Seca e à sua equipa pela forma empenhada e profissional com que tem resolvido inúmeros casos e que, infelizmente, e felizmente ao mesmo tempo, tocou-me a mim. É só. -----

----- **ENCERRAMENTO:** Não havendo mais nada a tratar, pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara foi declarada encerrada a reunião, eram dez horas e quarenta e nove minutos da qual para constar se lavrou a presente ata que vai ser assinada. -----

----- E eu, Victor Manuel Gonçalves Pereira Assistente Técnico do Município a subscrevo e também assino. -----



O Presidente da Câmara Municipal

António Egas

O Assistente Técnico

António Manuel Oliveira Mendes